

emancipada no "tempo livre", mas opressiva no trabalho. Acho essa discussão central e que, em geral, tem sido malfeita.

Quero concluir com outro ponto. Pelo que eu já sugeri, as metamorfoses ocorridas no trabalho não só não eliminaram a "alienação" do trabalho, como levaram a uma intensificação do estranhamento, um estranhamento tanto no processo de produção, como na esfera do consumo. De modo que, estranhado na produção, estranhado no consumo, estranhado na reprodução e estranhado em várias dimensões da vida cotidiana, não me parece que a sociedade produtora de mercadorias tenha eliminado o estranhamento, a alienação do trabalho.

Isto coloca novamente que a alternativa para a luta contra esse estranhamento encontra o sujeito capaz de efetivá-la na classe trabalhadora, ainda que mais fragmentada, heterogeneizada e complexificada.

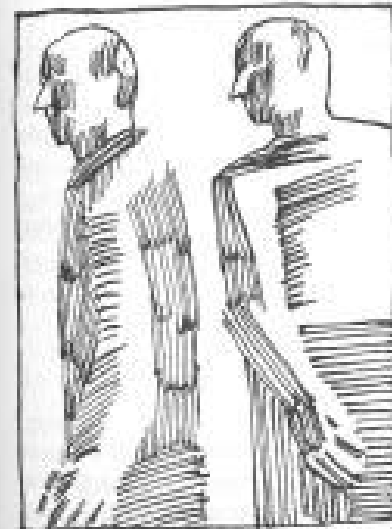
Por último, penso que essa dupla tendência em direção a uma intelectualização do trabalho, de um lado, e à precarização e desqualificação, subproletarização, de outro, não nega nem a tese marxiana da lei do valor e nem a perda de centralidade da *classe-que-vive-do-trabalho*. Eu lembro de uma passagem de Marx, no Capítulo Inédito, em que ele dizia mais ou menos isto: "o trabalho produtivo é aquele que cria valores, não importa se o faz mais com as mãos ou com a cabeça, se como um engenheiro, técnico, capataz, ou operário manual direto". O que é central — e esta é mais uma antecipação genial de Marx — quando se pensa no processo de criação de valores, e a *totalidade do trabalho social*, é o conjunto de trabalhos parciais combinados que operam na criação de valores. Hoje você vê um indivíduo que começa a produzir uma peça no Japão e termina de montá-la na Zona Franca de Manaus. Todos eles estão participando desse processo de criação de mercadorias, de modo que, em vez de propugnar o fim da classe trabalhadora, o fim do valor, o fim da alienação, e portanto o fim da luta pela emancipação humana, uma investigação de inspiração marxiana, renovada e radical, pode mostrar que essas perguntas que tanto instigaram um autor como Marx ainda podem nos permitir entender este final de século e nos levar ao século XXI.

Transformações societárias e Serviço Social

Notas para uma análise prospectiva
da profissão no Brasil

José Paulo Netto*

A Sérgio Brasil, irmão d'espírito e d'almô-emar.



Refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social, no Brasil e nos próximos anos, parece-me um exercício intelectual e profissional legítimo e necessário. Porque, por um lado, ninguém pode ter dúvidas de que o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc. E porque, por outro lado, tal reflexo é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias socio-

* Doutor em Serviço Social, professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor participante dos programas de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e autor de mais de uma dezena de livros.

profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes.

No encaminhamento de uma *reflexão prospectiva* sobre o Serviço Social (como, aliás, sobre qualquer atividade profissional) há, porém, alguns equívocos — não excluídos entre si — que devem ser evitados. De forma muito breve, quero sinalizar dois desses equívocos.

O primeiro é o que eu chamaria de “fuga para o futuro”, ou seja: a preocupação em examinar possibilidades de desenvolvimento servindo como justificativa da ausência de atenção para com as realidades atuais. Assim, os dilemas contemporâneos são deslocados, na pesquisa, pela centralidade conferida ao que se supõe seja (ou será) o “novo”. Saltar para diante é, frequentemente, uma boa saída para escapar às dificuldades presentes.

O segundo reside em converter a *prospecção*, entendida como análise projetiva (com todos os seus riscos), em operação *especulativa*, ou seja: a partir da consideração abstrata de alguns dados emergentes da vida social, tende-se a inferir um quadro geral hipostasiado que configuraria o cenário futuro. A especulação, comumente associada a um discurso prescritivo, tem em geral se mostrado como o rosto falacioso da prospecção.

No artigo que agora se publica, pretendo oferecer algum contributo para uma prospecção referida ao Serviço Social no Brasil com a pretensão de evitar esses e outros equívocos, quase sempre presentes em exercícios projetivos. O que não pode evitar, por necessidades imanentes à minha argumentação sobre os prováveis desdobramentos futuros do desenvolvimento profissional no país, foi uma longa remissão aos processos societários contemporâneos e uma síntese do desenvolvimento profissional recente — mas espero que ambos sejam úteis ao meu eventual leitor.

Introdução: transformações societárias e alterações profissionais

Parece assente que conjunturas (e a palavra não se refere apenas a lapsos temporais de curta duração) de rápidas e intensas transformações societárias constituem o solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais — seja o redimensionamento de profissões já consolidadas, seja o surgimento de novas atividades e ramos profissionais.

O fenômeno, enquanto tal, nada tem de enigmático: as transformações societárias, reconfigurando as necessidades sociais dadas e criando novas (Heller, 1978), ao metamorfosear a produção e a reprodução da sociedade,

atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis (parâmetros de conhecimento, modalidades de formação e de práticas, sistemas institucional-organizacionais etc.).

O problema teórico-analítico de fundo posto pelo fenômeno reside em explicar e compreender como, na particularidade prático-social de cada profissão, se traduz o impacto das transformações societárias. Mais exatamente: o problema consiste em determinar as *mediações* que conectam as profissões particulares àquelas transformações.

Nesse sentido, as profissões não podem ser tomadas apenas como *resultados* dos processos sociais macroscópicos — devem também ser tratadas cada qual como *corpus* teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões (eco-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais.

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrivendo um campo profissional particular, envolve — e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual — tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários — praticamente todas estão vinculadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos.

Se essas determinações são pertinentes, a explicação e compreensão das alterações profissionais, como um só processo analítico, exige tanto o desvendamento das transformações societárias quanto o exame do complexo da profissão que se quer o objeto da reflexão. É evidente que a consecução rigorosa desse duplo escopo foge aos limites deste artigo, mas é impossível avançar nesta exposição sem enfrentar esses dois pólos temáticos.

1. Transformações societárias no capitalismo tardio

É no curso da década de setenta que emergem, visivelmente, as transformações societárias que — embora já sinalizadas no decênio anterior¹ —

1. Analistas muito diferenciados perceberam, então, vários desses sinais, estudando mudanças, por exemplo, na organização do trabalho e na classe operária (Gore, 1964; Mallet, 1963), nos meios de comunicação social (McLuhan, 1967), no fenômeno urbano (Lefebvre, 1968), na relação ciência/produção (Richta, 1969).

vão marcar os anos oitenta e noventa, revelando inflexões significativas no evoluir da sociedade capitalista², inflexões de tal relevância que levaram muitos autores a equívocos na tentativa de caracterizar mais adequadamente seu estágio presente³.

O marco dos anos setenta não é um acidente cronológico; ao contrário: a visibilidade de novos processos se torna progressiva à medida que o capital monopolista se vê compelido a encontrar alternativas para a crise em que é engolfado naquela quadra. Com efeito, em 1974-1975 explode a "primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial" (Mandel, 1990: 9). Essa recessão monumental e o que se lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital; chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (as "três décadas gloriosas" do capitalismo monopolista), sustentara, com as suas "ondas longas expansivas", o "pacto de classes" expresso no *Welfare State* (Przeworski, 1991). Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de "ondas longas recessivas" (Mandel, 1976), não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições iminentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação (Mandel, 1969, I, V e 3, XIV). É para responder a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem (e/ou se desenvolvem) autênticas transformações societárias.

Fecunda matriz analítica para tratar essa processualidade complexa é a que Harvey (1993: 117 e ss) explora, retomando os "teóricos da regulação" (Aglietta, Lipietz e Boyer). De acordo com o geógrafo norte-americano, a crise dos anos setenta assinalou a exaustão do padrão capitalista monopolista fundado num regime de acumulação (e seu conexo modo de regulação sociopolítica) "rígido", que ele designa como "fordista-keynesiano"⁴; para preservar-se e reproduzir-se, o capitalismo monopolista contemporâneo — que Mandel (1976) caracterizou como *capitalismo tardio* — quer enfrentar a nova

2. Neste artigo, não consideram a existência do "socialismo real" (sobre a qual me detive em Neto, 1993), nem a sua interação com a processualidade da sociedade capitalista.

3. Recordem-se as fráguas teóricas da "sociedade pós-industrial" (Tomlinson, 1989; Bell, 1976), a impta tese da "sociedade de consumo" (Baughilland, 1974) e, mais recentemente, a debilidade da concepção do "capitalismo desorganizado" (Offe, 1985).

4. Para alguns estudiosos, é polêmico o caráter "rígido" atribuído ao fordismo: cf. Clarke (1991) para a discussão acerca deste ponto.

agudização das suas contradições iminentes recorrendo a um outro regime de acumulação, "flexível", que implica, necessariamente, um correspondente modo de regulação. A matriz é fecunda porque, aguçando as transformações societárias que a transição da "rigidez" à "flexibilidade" dinamiza e engendra, não perde de vista a sua concreta inscrição histórica: elas são compreendidas no interior do campo de inflexões do movimento do capital, portadoras do complexo das suas contradições, possibilidades e limites.

Nama angulação macroscópica, a "flexibilização" vem sendo perseguida pelo grande capital, hipertrofiando as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatais-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada — a "fábrica difusa" —, que é estimulada em vários ramos, propicia uma "mobilidade" (ou "desterritorialização") dos pólos produtivos, encadeados agora em libéis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão.

A tão celebrada *globalização econômica* vincula-se, não por acaso, a essa "financeirização" do capitalismo (Harvey, 1993; Mattoso, 1995) e à articulação supranacional das unidades produtivas (que vem implicando uma ampla "desregulamentação" da economia mundial), mesmo que não se reduza a ambas (Ianni, 1992; Santos *et alii*, orgs., 1994; Featherstone, org., 1994; Sklair, 1995). A globalização, ainda, vem agudizando o padrão de competitividade intermonopolista e redesenhando o mapa político-econômico do mundo: para assegurar mercados e garantir a realização de superlucros, as grandes corporações têm conduzido processos supranacionais de integração — os megablocos (União Europeia, Nafta, APBC) — que, até agora, não se apresentam como espaços livres de problemas para a conciliação dos interesses do grande capital (como o estão provando as fricções na Europa dita comunitária)⁵.

A "flexibilização" pretendida pelo grande capital vem sendo favorecida pelo direcionamento a que ele submete a verdadeira revolução tecnológica que, desde os anos cinqüenta, afeta as forças produtivas. Sem entrar na polémica acerca dessa revolução ("terceira revolução industrial", "revolução científica e técnica", "revolução informacional" — cf. Schaff, 1993; Logkine, 1995; Mattoso, 1995), é fato que, no processo produtivo, opera-se a substituição da eletromecânica pela eletrônica e uma crescente *informatização* do processo de automação — o que, com a saliência adquirida pelas atividades de pesquisa e projeto e com o desenvolvimento de novos materiais e condutores de baixa

5. Discussões pertinentes a esse problema encontram-se em Viziola, org. (1992).

perda, altera profundamente o processo produtivo. Conseqüentemente, o processo de trabalho e os seus mecanismos de controle e organização experimentam modificações que não podem ser minimizadas⁶.

Não é preciso muito fôlego analítico — para quem conhece a projeção marxiana acerca da relação ciência/produção, cada vez mais confirmada pela dinâmica capitalista — para concluir que a revolução tecnológica tem implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a *composição orgânica do capital*. Resultado direto (exatamente conforme a projeção de Marx): *crece exponencialmente a força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital*⁷. O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação "flexível", reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais "flexíveis", do tipo "emprego precário"), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia)⁸. A exigência crescente, em âmbros níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente (coexistindo com a *desqualificação* analisada por Braverman, 1987), bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes (que colidem com o privilégio do comando do capital⁹), coroa aquela radical reestruturação — reestruturação que, das "três décadas gloriosas" do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente seja sobre o elemento feminino que se tornou um co-*coenente* essencial da força de trabalho¹⁰, seja sobre os estratos mais jovens

6. Confira-se o atesto a larga bibliografia sobre a temática e de que é inextinguível o balanço realizado por Ramalho (1991); cf. ainda, entre outros, Coriat (1982, 1990, 1991), Sabel e Piore (1984), Braverman (1985), Kern e Schumman (1989), Lejkinen (1990, 1995), Leite (1994), Mattoso (1995) e Antunes (1995).

7. Essa economia crescente de trabalho vivo, que levou à mitologia da "fábrica sem trabalhadores" (competentemente criticada por Lejkinen, 1995), tem conduzido a ineptas reações acerca do fim da "sociedade do trabalho", algumas inspiradas na vulgarização de conhecido ensaio de Offe sobre o trabalho como categoria sociológica fundamental (in Offe, 1989).

8. A estrutura do mercado de trabalho, nas condições do trânsito a um regime "flexível", é objeto de lapidadas noções de Harvey (1995: 140-146).

9. Essa noção tem constituído um grave problema para os funcionários que, a serviço do capital, encarregam-se da "gestão dos recursos humanos" — e, comumente, aparece na bibliografia como "problemática da subjetividade do trabalhador". Deixei as seguintes fontes: cf. Lejkinen (1990, 1995) e Leite (1994).

10. Apenas para sustentar a magnitude da presença da mulher no mercado de trabalho contemporâneo, basta ter em conta o seguinte exemplo: "Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade; a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970" (Hobsbawm, 1995: 304).

que a constituem¹¹, sem esquecer os emigrantes que, nos países desenvolvidos, fazem o "trabalho sujo".

As incidências inclusivas destas modificações constituem mais que o novo tecido em que se desenvolvem transformações societárias — tais modificações, em si mesmas, compõem o elenco das transformações societárias em curso, tipificando a *sociedade tardio-burguesa*. E essas, na sua globalidade, ainda que só plenamente decifráveis quando relacionadas às inflexões da dinâmica do capital, extrapolam-nas amplamente e apresentam particularidades irreduzíveis.

No nível social, o que se verifica, antes de mais nada, é que a estrutura de classes da sociedade burguesa vem experimentando verdadeira eversão, até mesmo com o desaparecimento de antigas classes sociais, como é o caso do campesinato¹². Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico-objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ídéo-subjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe-se da *unidade* de ambos os planos na prática social). Todas as indicações disponíveis nas pesquisas mais fidedignas¹³ continuam atestando que as determinações de classe prosseguem operantes — e fundamentalmente operantes: *é impossível apreender a dinâmica social contemporânea da ordem burguesa sem referenciá-las*. Entretanto, essa referência deve considerar plurivocamente tais determinações numa estrutura de classes altamente complexificada e, ainda, deve ponderar sua gravitação na relação com determinações de outras naturezas — e há que se render à evidência de que esse trato, em face da contemporaneidade, está longe de ser satisfatório. Malgrado essa deficiência, é possível avançar alguns elementos constitutivos das metamorfoses em curso.

Está claro que as modificações derivadas do esaurimento do regime de acumulação "rígido", mais as implicações da revolução tecnológica, estão

11. A exploração de mulheres e jovens vale tanto para os países capitalistas centrais quanto para os periféricos de industrialização recente (os NICs), com os seus "mercados informais" de trabalho — em todos os casos, a "flexibilização" vem conjugando as modalidades conhecidas de extensão de mais-valia relativa com formas bárbaras de exploração da força de trabalho, algumas das quais próprias dos primórdios do capitalismo.

12. Em sua obra mais recente, o maior historiador marxista vivo constata que "a mudança social mais importante... da segunda metade deste século, e que nos leva para sempre do passado, é a morte do campesinato" (Hobsbawm, 1995: 284).

13. Para um balanço dessas pesquisas até finais dos anos setenta, cf. o ensaio de Thorburn (in Hobsbawm, org., 1989), outra é a discussão posterior, na ótica dos "marxistas analíticos" — cf. a segunda parte de Roemer, org., 1992; as estas indicações sobre as investigações de E. O. Wright, que se dedicava, nos anos setenta e oitenta, à análise comparativa da estrutura de classes contemporânea.

subvertendo o "mundo do trabalho". No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe operária "tradicional", que fixou a sua identidade classista (sindical e política) enfrentando o capitalismo monopolista, transforma-se rapidamente, afetada por diferenciações, divisões, cortes e re-composições — ademais, dada a dinâmica da própria "revolução informacional", ela tende, enquanto proletariado industrial, a perder grandeza estatística¹⁴. Muito especialmente, cabe observar que o processo que Lojkin (1995) designa como "interpenetração de atividades industriais e atividades informacionais" (ou, noutro plano, "interpenetração de funções produtivas e funções ditas não 'produtivas'") tem, sobretudo, alterado as clivagens da divisão social do trabalho que se constituía até a madurez do capitalismo monopolista. Com isso, mais a acentuada tendência ao assalariamento e mais a emergente vaga de "trabalho autônomo" (via "terceirização" a microempresas ou via serviços pagos por tarefa), também se modificam as hierarquias e as articulações de camadas médias, "tradicionalistas" (como a pequena burguesia urbana) ou não.

Na verdade, infirmando as falsas teses acerca do fim da "sociedade do trabalho", o que se registra são mutações (ou, como preferiu Antunes, metamorfoses) no "mundo do trabalho". E se o proletariado tradicional vê afetada a sua ponderação social, é inequivoca a centralidade da "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 1995). Essa centralidade objetiva, porém, não pode ocultar a sua enorme diferenciação interna nem a atual ausência de um universo comum de valores e práticas — ou seja: não pode ocultar o fato de que essa "classe-que-vive-do-trabalho", agora mais que nunca, é um conjunto bastante heteróclito.

Curiosamente, atenção muito menor tem sido conferida às modificações ocorrentes no interior da(s) "classe(s)-que-vive(m)-da-exploração-do-trabalho". As camadas que representam o capital (e, mormente, o grande capital) parecem impermeáveis à análise: na bibliografia das chamadas ciências sociais, o interesse pelas "mutações" da classe operária é diretamente proporcional à invisibilidade do patronato e dos capitalistas¹⁵ — contam-se pelos dedos das mãos os intentos de estudar os grupos ditos superiores da sociedade; parece que a elite do poder (Mills, 1956) não entra no jogo das transformações. Nesse terreno, mais que em qualquer outro, o pauperismo das investigações

14. É afirmativa corrente a decréscimo quantitativo do proletariado industrial: contudo, há fortes indícios de que "já nas décadas de 1980 e 1990 poderíamos detectar sinais de uma grande contração da classe operária" (Hobsbawm, 1995: 297).

15. O fenômeno é mundial e reboto claramente no Brasil — comparem-se, entre nós, as investigações, especialmente a parte de finais dos anos setenta, sobre a "classe trabalhadora" e o que se dedica ao conhecimento do grande patronato.

é impressionante e, aqui, é preciso muita cautela para não incorrer em erros graves.

O que parece legítimo afirmar é que, independentemente de modificações e diferenciações internas (com novos conflitos e novas vias de ingresso nos seus círculos — de que o "caso Bill Gates" é emblemático), os representantes do grande capital estão estruturando uma *oligarquia financeira global*¹⁶, com padrões de articulação que, sendo novos, lhes asseguram, pelo momento, um grau de intervenção político-econômica que, planetário, não enfrenta uma competição (externa a seus círculos) que seja significativa. Mais ainda: esses padrões de articulação global lhes estão garantindo, no momento, uma *hegemonia* a que não é estranha a cultura própria do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

As transformações no nível social não se reduzem, obviamente, às alterações na estrutura de classes — ainda que a elas se conectem e nelas repercutam. Vinculadas às profundas modificações no perfil demográfico das populações (em função seja das taxas de crescimento, seja do aumento da média de vida), à *expansão urbana* (em meados da década de oitenta, 42% da população estava nas cidades¹⁷), ao crescimento das atividades de serviços (o "terceiro" de C. Clark), à difusão da *educação formal* (inclusive a superior: nos anos setenta, o número de universidades no mundo praticamente dobrou) e aos novos circuitos de comunicação social (conduzindo ao ápice a *indústria cultural* que a "escola de Frankfurt" analisou e criticou) — vinculadas a esses e a outros vetores, as transformações no nível social da ordem tardo-burguesa revelam-se notáveis. Rebatendo na *estrutura da família* (sobre o que Hobsbawm, 1995: 314-315, fornece dados importantes) e muito ligadas às transformações de natureza cultural, a que se aludirá à frente, elas convulsionam os padrões de socialidade. E, dentre todas, é indispensável destacar três, cujos impactos são contemporaneamente decisivos.

16. Estruturação diretamente vinculada aos mecanismos de concentração de capital: estimativas sugerem que se, em 1960, as vendas das 200 maiores empresas capitalistas representaram 17% do PIB do mundo capitalista, em 1984 esse percentual já ascendeu a 26% (cf. Hobsbawm, 1995: 274). Em meados dos anos oitenta, a concentração era enorme nas indústrias de semicondutores, telecomunicações e computadores (Gragalves, 1994: 28). Não há indicadores de receita dessa tendência — ao contrário: trabalhando com dados mais recentes, Santos (1995: 290) mostra, por exemplo, que, em 1991, as 10 maiores empresas do setor químico responderam por 21% das vendas mundiais de produtos químicos, assim como 30% do comércio mundial de fármacos esteve nas mãos das 15 maiores empresas do ramo.

17. "56 três regiões do globo permaneceram essencialmente dominadas por aldeias e campos: a África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia oriental e a China" (Hobsbawm, 1995: 286).

As duas primeiras dizem respeito à emergência de protagonistas sociais que, para retomar a feliz expressão de Hobsbawm, se põem nos processos em curso como "agentes sociais independentes": as *mulheres e os jovens*. As peculiares problemáticas femininas (nem sempre inteiramente recuperadas pelos movimentos feministas¹⁸); indo da opressão no espaço doméstico aos mais variados tipos de subalternidade/exploração no espaço público, irromperam pesadamente nos cinco últimos lustros. Graças fundamentalmente aos empenhos de suas vanguardas, as demandas femininas ganharam tamanha força emancipatória que, independentemente do alcance efetivo de suas conquistas, passaram a atravessar as práticas sociais como questões que já não podem ser ladeadas. Quanto à juventude, que esteve na base da "revolução de costumes" dos anos sessenta, ela passou — na escala em que as relações geracionais foram grandemente redimensionadas — a constituir uma categoria social específica que adquiriu amplitude internacional, gerando inovações valorativas e rupturas com padrões de comportamento, freqüentemente incorporadas (quando não induzidas) por vários setores industriais.

Enfim, cabe referir a existência — decisivamente influenciada pelo caráter acentuadamente concentrador (de renda, riqueza e propriedade), na atividade econômica, e excludente e restritivo, no âmbito das garantias sociais, do capitalismo tardio que se quer "flexibilizar" — de uma miríade de segmentos *desprotegidos*. Tais segmentos compreendem universos heterogêneos, desde aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados (recoorde-se a situação de aidéticos pobres), até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho (formal e informal). O que singulariza tais segmentos não é o fato de encarnarem uma qualquer "nova pobreza" ou de marcarem a emergência de "subclasses", nem o de não serem identificados com o antigo *lumpem*¹⁹; o que peculiariza boa parcela desses segmentos é que, situados nas bordas da "sociedade oficial", eles se vêem e são vistos como uma "não-sociedade" ou uma "contra-sociedade" — e assim interatam com a ordem.

Numa imbricação simultânea com as transformações que estamos sumariando, ocorrem alterações substantivas no âmbito da cultura, em todos os sentidos do termo.

18. Hobsbawm (1995: 311) indica algo a respeito. Quanto àquelas problemáticas, Santos, que, por seu turno, valoriza amplamente os movimentos feministas, oferece dados relevantes apontamentos (Santos, 1995: 301 e ss).

19. O próprio *lumpenproletariado* se metamorfoseia — parece-se, por exemplo, na organização "empresarial" de atividades ilícitas e/ou criminosas, bem como na sua interação com o mundo da "economia oficial".

A dinâmica cultural do capitalismo tardio que se vem "flexibilizando" está parametrada por dois vetores: a *translação da lógica do capital* para *todos* os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a chamada multimídia). O traço mais notável dessa cultura é que ela incorpora as características típicas da mercadoria — sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediatidade reificante. Mesmo que a sociedade tardo-burguesa esteja longe de ser uma "sociedade de consumo", a cultura que nela hoje se afirma é uma *cultura do consumo* (Featherstone, 1995): ela cria a "sensibilidade consumidora" que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais — e, nela, a própria distinção entre realidade e signos se esfuma: numa *semilogização do real*, o signo é o real.

A imediatidade da vida social planetariamente mercantilizadora ganha o estatuto da realidade — e, não por acaso, a distinção clássica entre *aparência* e *essência* é desqualificada²⁰. O efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se a pedra-de-toque da nova "sensibilidade": o *dato*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de "totalitarismo".

Sabe-se do que estamos falando: da tese conforme a qual, a partir da segunda metade deste século, *exauriu-se* o programa da Modernidade, fundado no capítulo iluminista do projeto ilustrado (Rosanet, 1993), configurando-se uma *mutação sociocultural estrutural*, que implicaria a anacronização dos padrões de análise (e das suas categorias teóricas) dos objetos socioculturais e dos projetos sociais a eles vinculados; ou seja: de uma parte, teríamos uma "crise de paradigmas", com a superação das metanarrativas e das abordagens teóricas calcadas na categoria de totalidade; de outra, estaria colocada a urgência de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica (Lyotard, 1979; Santos, 1989 e 1995).

O que se poderia chamar de *movimento pós-moderno* é muito heterogêneo (cf., por exemplo, Connor, 1993) e, especialmente no campo das suas inclinações políticas, pode-se até distinguir entre uma teorização pós-moderna de capitulação e uma de oposição (Habermas, *in* Foster, org., 1984; Huyssen, *in* Hollanda, org., 1992; Foster, *in* Picó, org., 1992). Do ponto de vista de seus fundamentos epistemológicos e teóricos, porém, o movimento é funcional à lógica cultural

20. Um teórico pós-moderno dos mais sérios, que não pode ser acusado de complacência em relação à ordem burguesa, considera a distinção aparência/essência um dos pilares do "epistêmico", chega a vinculá-la ao "eurocentrismo" e afirma com limpidez que o paradigma científico pós-moderno "suspeita de distinção entre aparência e essência" (Santos, 1995: 331).

do estágio contemporâneo do capitalismo (Jameson, 1984): é-o tanto ao sancionar criticamente as expressões culturais da ordem tardo-burguesa quanto ao romper com os vetores críticos da Modernidade (cuja racionalidade os pós-modernos reduzem, abstrata e arbitrariamente, à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos). Mas, por essa mesma funcionalidade, a retórica pós-moderna não é uma intencional mistificação elaborada por moedeiros falsos da academia e publicitada pela mídia a serviço do grande capital. Antes, ela é um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatividade — como Eagleton observou em belo ensaio²¹, o que os pós-modernos tomam como tarefa “criadora” (ou, segundo alguns, “desconstrutora”) é a própria funcionalidade ídeo-social da mercadoria e do capitalismo.

Essa funcionalidade está em maré-montante nos anos correntes. A dissolução de antigas identidades sociais (classistas), a atomização e a pulverização imediatas da vida social, as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação — tudo isso, mais as transformações já sinalizadas, erodiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais. Não é um acidente, pois, que grupos, categorias e segmentos sociais se empenhem na construção de “novas identidades” culturais, nem que busquem, desesperadamente, estruturar suas “comunidades”²². A “cultural global” (Featherstone, org., 1994) se movimenta entre a produção/divulgação/consumo mercantilizados de “artefatos globais” e a incorporação/consagração de expressões particularistas — movimenta-se entre o cosmopolitismo e o localismo/singularismo, entre a indiferenciação abstrata de “valores globais” e xenofobias fundamentalistas. Quer no cosmopolitismo, quer no localismo/singularismo, há uma nítida desqualificação da esfera pública universalizadora: no primeiro, o privilégio é conferido a um individualismo de caráter possessivo; no segundo, o “direito à diferença” se impõe abstrata e arbitrariamente (Eagleton, 1993). Nessa cultura, parece vigorar a máxima segundo a qual “não há sociedade, só indivíduos”²³. É por isso que não parece exagerado concluir que “a revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais” (Hobsbawm, 1995: 328).

As transformações ocorrentes no plano político são igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactados pelas novas dinâmicas eco-

21. “Da pólis ao pós-modernismo”, in Eagleton (1993).

22. Pense-se na “cultura jovem” e suas “tribos”, na “cultura feminista” etc.

23. A frase, como se sabe, é da Sra. Margaret Thatcher.

nômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil da ordem tardo-burguesa modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações.

Na sociedade civil, enquanto a oligarquia financeira global se movimenta de maneira crescentemente articulada, encontrando e forjando canais e instituições para dar forma a seus projetos, as tradicionais expressões e representações das classes e camadas subalternas experimentam crises visíveis (pense-se na *desindustrialização* e nos impasses dos partidos políticos populares e/ou operários), ao mesmo tempo em que emergem no seu espaço “novos sujeitos coletivos”, de que os *novos movimentos sociais* são o sinal mais significativo²⁴. Tais movimentos, demandando *novos direitos* (Bobbio, 1992) e aspirando a ampliações do estatuto de *cidadania* — que a melhor tradição liberal não imaginava coexistindo sem tensões com a estrutura de classes (Marshall, 1967; Barbalet, 1989) —, vêm vitalizando a sociedade civil e renovando pulsões democráticas. Na medida, contudo, em que a esses movimentos, até agora, não se imbricaram instâncias políticas capazes de articular e universalizar a pluralidade de interesses e motivações que os enfloram, seu potencial emancipatório vê-se frequentemente comprometido (inclusive com a recidiva de vínculos corporativos).

Também o Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe²⁵, experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (O’Connor, 1977): quando o grande capital rompe o “pacto” que suportava o *Welfare State*, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais — programa thatcherista que encarna a estratégia capitalista de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa a diminuir os ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista). Entretanto, aquela diminuição, bem definida nas palavras-de-ordem da “flexibilização” e da “desregulação”, decorre do próprio movimento da globalização. De uma parte, a magnitude das atividades planetárias das corporações monopolistas extrapola largamente os controles estatais, fundados na circunscrição nacional do Estado; de outra, dada a articulação privada daquelas atividades, torna-se limitada a intervenção estatal no nível ma-

24. Dentre a larga bibliografia a eles pertinente, cf. Scherer-Warren e Kriscenko, orgs. (1987), Cardoso (de Almeida e Sorj, orgs., 1988), Scott (1990) e Santos (1995).

25. No que toca à natureza repressora do Estado, são veje alterações substantivas no curso do trânsito à “flexibilidade”, sobre esta natureza, verem-se à síntese que ofereci em Netto (1992: 21-30).

crise econômica²⁶. É evidente que o capitalismo tardio não liquidou com o Estado nacional, mas é também claro que vem operando no sentido de erodir a sua soberania²⁷ — mas é bom assinalar a diferencialidade desta erosão, que atinge diversamente Estados cêntricos e Estados periféricos.

A desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal²⁸; a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital” (Neto, 1993: 81); nas palavras de Przeworski (1991: 258), constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia”. Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto²⁹, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolve-se hoje uma “cultura política” anti-Estado — e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil.

As corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a “desregulação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” — e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”. E, com frequência, forças imediatamente opostas ao grande capital têm incorporado o antiestatismo como priorização da sociedade civil e, também, como demanda democrática, do que decorrem dois fenômenos: 1) a transferência, para a sociedade civil, a título de “iniciativa autônoma”, de responsabilidades antes alocadas à ação estatal; 2) a minimização de lutas democráticas antes afeitas às instituições estatais. As implicações da incorporação desse antiestatismo pelas forças opostas pode significar não apenas a politização de novos espaços sociais (ou a repolitização de espaços abandonados), mas, ainda, a despolitização de demandas democráticas, numa quadra em que — precisamente

26. Atesta-o, por exemplo, o fluxo planetário de capital meramente especulativo, que não é controlado por nenhuma autoridade monárquica. Recorda Harvey (1993: 154): “... a partir de 1973, o sistema financeiro mundial conseguiu (...) fugir de todo controle coletivo, mesmo nos Estados capitalistas mais poderosos”; e ele estima que, em 1987, o mercado financeiro, “sem o controle de nenhum governo nacional”, movimentou quase dois trilhões de dólares.

27. “O mundo mais conveniente para os gigantes multinacionais é aquele povoado por Estados anões, ou sem Estado algum” (Hobbes, 1995: 276).

28. Sobre o neoliberalismo, enquanto discurso ideológico e prática, cf. entre outros, Netto (1991), Benichoff (1991), Neto (1993), Sader e Gentili, orgs. (1995) e Latrell, org. (1995).

29. Para apreciações diversas desta viabilidade, cf. Netto (1991: 310-320); Neto (1993: 90-96, 81-85) e Anderson, in Sader e Gentili, orgs. (1995: 27-23).

pelas características das práticas neoliberais — as lutas pela democracia se revestem de importância maior³⁰.

Em pinceladas muito largas, esse é o perfil com que a sociedade tardo-burguesa se apresenta na última década do século XX. E, na entrada desta década, esse conjunto de transformações societárias configurava uma série inequívoca de vitórias do grande capital. Do ponto de vista político, as medidas de “ajuste” e “desregulação-privatização” foram caucionadas por mecanismos eleitorais dotados de legitimidade (Anderson, in Sader e Gentili, orgs., 1995). Do ponto de vista ideológico-cultural, contando com a vaga pós-moderna de capitulação (ou neoconservadora, segundo Habermas), os ganhos não foram desprezíveis — contribuíram para conter e reverter os avanços sociais dos anos sessenta e início da década de setenta³¹ e até a proposta socialista revolucionária foi acantonada, posta no bivaque das velharias da modernidade³². E, do ponto de vista econômico, a lucratividade das grandes corporações foi recuperada³³.

Essas vitórias, contudo, nada aportaram de favorável ou positivo — nem poderiam fazê-lo, ou não estaríamos mais no quadro do capitalismo tardio — à “classe-dos-que-vivem-do-trabalho”. Para além de não eliminarem o ciclo crítico da dinâmica capitalista (manifestado na crise da bolsa nova-iorquina em outubro de 1987 e na crise internacional do câmbio de 1992) e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva”³⁴, tais vitórias custaram

30. Está claro que a luta pela democracia permanece questão fulcral, merecendo atenção especial de pensadores que se situam nas inflexões da tradição liberal (de um Rawls, 1972 a um Bobbio, 1986, passando por um Dahl, 1990) e criativos social-democratas (Santos, 1995). É notório que a bibliografia marxista, na sua heterogeneidade, também vem reavivando o debate da questão democrática — cf., entre outros, Ingrao (1977, 1978), Mandel (1978), Fernandes (1979), Bahró (1980), Postarinos (1981), Heller e Peler (1981), Markovic (1982), Lukács (1983), Coutinho (1980, 1992) e Neto (1990).

31. Navarro (in Latrell, org., 1995: 92-95) assinala as principais conquistas legais do movimento operário nos países capitalistas desenvolvidos, contra as quais viria a levantar-se a ofensiva neoliberal.

32. Citando pesquisas de opinião norte-americanas e inglesas, Navarro (in Latrell, org., 1995: 110 e ss) problematiza a tese de que o Reaganismo e o Thatcherismo teriam ganho hegemonia — mas seu argumento me parece polémico.

33. “Se, nos anos 70, a taxa de lucros das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos” (Anderson, in Sader e Gentili, 1995: 15).

34. “Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança — nenhuma — na taxa de crescimento, muito baixa, nos países da OCDE” (Anderson, in Sader e Gentili, orgs., 1995: 15).

muito aos trabalhadores. Custaram, em primeiro lugar, seus empregos: nos países da OCDE, por exemplo, a taxa média de desemprego, que era de 4% nos anos setenta, duplicou na década seguinte — e, em meados dos anos noventa, chega à cifra absoluta de 40 milhões de desempregados. Custaram, em segundo lugar, compressões sobre os salários daqueles que conseguiram manter seus empregos, derivando no aviltamento do padrão de vida³⁵. Custaram, em terceiro lugar, um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social e às formas institucionalizadas de coberturas privadas³⁶.

Mas esses custos só podem ser devidamente contabilizados se se faz um balanço abrangente das duas primeiras décadas da “flexibilização” do capitalismo tardio — e, aqui, o que se constata é que a pauperização absoluta e a relativa, conjugadas ou não, cresceram, mesmo que diferencialmente, para a maioria esmagadora da população do planeta (Banco Mundial, 1991).

Em síntese, a “flexibilização” do capitalismo tardio, levando a “classe-dos-que-vivem-do-trabalho” à defensiva e penalizando duramente a esmagadora maioria da sociedade, não resolveu nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital. Mais ainda: diante da magnitude hoje atingida por estes problemas — e expressa em três dados: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e provavelmente dentro do mundo rico, entre os seus ricos e os seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos” (Hobsbawm, in Blackburn, org., 1992: 104) —, todas as indicações sugerem que o capitalismo “flexibilizado” oferecerá respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo, de que as atuais formas de *apartheid* social são premonitórias.

Entretanto, a presente reestruturação do capitalismo, com as transformações societárias que estão em curso na sociedade tardo-burguesa, peculiarizando-a no marco histórico do capitalismo, segregando novos vetores de colisão, contradição e antagonismo — e a velha suspeita de que fulavam os clássicos dificilmente deixará de fazer o seu trabalho subversivo: aqui e acolá, seja na calorosa Los Angeles de 1994 ou na gélida Paris de dezembro de 1995, os sismógrafos do capital começam a registrar movimentos suspeitos. Precisamente porque

35. Dados sobre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são fornecidos por Navarro (in Laurel, org., 1995: 110 e ss); sobre a América Latina, por Borón (in Sader e Gestil, orgs., 1995: 82 e ss); sobre outras áreas, por Hobsbawm (1995: 395 e ss).

36. Referências sobre os princípios encontram-se em Motá (1995: 117 e ss); quanto às segundas, veja-se o exemplo, um entre outros, da assistência médica aos novos trabalhadores americanos (Navarro, in Laurel, org., 1995: 114).

aquelas transformações se dão sob o comando do capital, a partida ainda dista muito de um resultado decisivo.

A reestruturação do capitalismo tardio, com o trânsito à “flexibilização” e a pletera de transformações que lhe são conexas, não escapa à sociedade brasileira. É evidente, porém, que a nossa sociedade participa da inflexão atual do capitalismo com as refrações derivadas, em primeiro lugar, da sua condição periférica e, em segundo, do próprio nível de desenvolvimento e articulação das suas relações capitalistas. Numa palavra, as transformações societárias que acabamos de mencionar processam-se no Brasil mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial (Gonçalves, 1994: 123 e ss) e pelas particularidades da sua formação econômico-social³⁷. Conseqüentemente, é falacioso transpor diretamente os processos ocorrentes nas áreas cênicas do sistema para as nossas latitudes tropicais.

Na primeira metade dos anos oitenta, a derrota da ditadura do grande capital, instaurada em 1964, bem como a falência do seu “modelo econômico”³⁸, não implicou a quebra da dominação burguesa; marcou, antes, a emergência de um projeto de hegemonia, patrocinado por um composito consórcio de representantes do capital. Talvez como em nenhum outro momento menos recuado da nossa história, segmentos burgueses revelaram-se pretendentes não só à dominação, mas à direção da sociedade brasileira. Todavia, dois condicionantes limitavam essa pretensão: de um lado, a própria natureza da nossa burguesia, associada e servil ao capital estrangeiro e, sobretudo, a sua notável rapacidade, responsável por uma estreiteza e uma mesquinhez de classe quase insuperáveis; de outro, a força das aspirações democráticas de amplos setores populares (com a ponta do proletariado à frente), liberadas após vinte anos de opressão e repressão. Ademais, a gravidade do legado econômico-social da ditadura — a famosa “dívida social”, na expressão do lúcido conservador Tancredo Neves — problematizava, nas condições referidas, um projeto de hegemonia que pouco concederia aos que Florestan Fernandes chamava “os de baixo”.

As decepções com a “transição democrática” — que, em meio à depressão que vinha de 1982, não se traduziu em ganhos materiais para a massa da população, conduzindo à perda da capacidade de imantação das vanguardas populares —, a reconcertação dos interesses do grande capital, a força inercial

37. Entre todos aqueles que buscaram estudar essas particularidades (Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, para citar alguns), devemos a Florestan Fernandes a interpretação seminal (Fernandes, 1975).

38. Para uma análise da ditadura e seu “modelo”, apoiado em larga bibliografia, verveio a Neto (1994: 15-112).

do conservadorismo da sociedade brasileira, mais os condicionantes macroeconômicos do capital transnacional e os vetores ideoculturais da ofensiva neoliberal em escala mundial logo recompuseram o contexto capaz de revigorar o projeto de hegemonia sinalizado no início da década. Assim, o ordenamento constitucional de 1988 — manifestação da anterior densidade das aspirações democráticas — viu-se logo colocado na contracorrente: já desde o capítulo aventureiro (mais para a crônica policial que para a resenha política) de Collor de Melo, a Constituição de 1988 tornou-se o alvo do grande capital. E, no rastro da derrota eleitoral de 1989, que confundiu as forças democráticas, e da curva descendente da organização e da mobilização populares, em meados dos anos noventa o projeto hegemônico burguês pôde avançar — a eleição de Fernando Henrique Cardoso é um sinal inequívoco do seu êxito ideopolítico —, integrando propostas econômico-sociais da agenda neoliberal.

A particularidade brasileira, contudo, impõe à face desse projeto feições singulares. Não há, aqui, um *Welfare State* a destruir; a efetividade dos direitos sociais é residual; não há "gorduras" nos gastos sociais de um país com os indicadores sociais que temos — indicadores absurdamente assimétricos à capacidade industrial instalada, à produtividade do trabalho, aos níveis de desenvolvimento dos sistemas de comunicação e às efetivas demandas e possibilidades (naturais e humanas) do Brasil³⁹. Aqui, um projeto burguês de hegemonia não pode, com a rude franqueza da Sra. Thatcher, incorporar abertamente a programática compatível com a "desregulação" e a "flexibilização" — ele deve travestir-se, mascarar-se com uma retórica não de individualismo, mas de "solidariedade", não de rentabilidade, mas de "competência", não de redução de coberturas, mas de "justiça". E por mais que suas práticas estejam dirigidas à "desregulação" e à "flexibilização", seu escamoteado neoliberalismo também deve ser matizado — ao contrário da desfaçatez de um Felipe González e da truculência de um Salinas de Gortari e um Carlos Saul Menem, o sociólogo-presidente social-democrata vem exercitando um "neoliberalismo light" (tomo a expressão de Luís Fernandes)⁴⁰.

39. Um historiador de estilo esboçadamente sôbrio refere-se ao Brasil, reiteradamente, como "monumento de injustiça social", "monumento à negligência social" (Hobsbawm, 1995: 397, 555).

40. É bom não esquecer que, na década de oitenta, foram precisamente social-democratas europeus as eficientes aplicadoras das medidas de "ajuste", como o testemunham as gestões de González, Mitterand (depois de 1983) e Papandreu (depois de 1985). Observa um crítico anônimo: "Toda tentativa de identificar na social-democracia europeia o portador de uma alternativa econômica ao *laissez-faire* é desmentida pelo papel central desempenhado pelos partidos da Segunda Internacional nesse 'avanço neoliberal'... O currículo dos 'euro-socialistas' no poder tem sido uniformemente negativo" (Callinicos, 1992: 106). E, aqui na América Latina, o exemplo de um Carlos Andrés Pérez é de memória recente.

Esse projeto de hegemonia está longe da consolidação. Por uma parte, encontra ponderáveis resistências no interior mesmo do campo do capital e da propriedade; por outra, as reformas "modernizadoras" que se propõe a implementar chocam-se com interesses democrático-populares (e, ainda, com interesses fortemente corporativos e mesmo de setores possidentes). Tudo indica que, como projeto patrocinado pelo grande capital, a médio prazo onerará ainda mais a maioria da população. Se essa avaliação é procedente, pode-se também supor que se trata de um projeto fortemente passível de reversão. Mas a sua viabilidade atual mostra que a sociedade brasileira está sintonizada com os rumos "flexibilizadores" do capitalismo tardio. E qualquer que seja o seu desdobramento (naturalmente condicionado pelo quadro mundial), esse projeto hipotecará significativamente o futuro do país.

Mencionamos a simonia brasileira com a reestruturação capitalista. Com as reservas decorrentes das observações anteriores, é indiscutível a distância entre a nossa configuração societária e aquela da ordem tardo-burguesa do capitalismo cêntrico. Entretanto, e sem dualismos — antes, numa verdadeira simbiose —, traços específicos e determinantes da ordem tardo-burguesa estão se incorporando rapidamente à nossa vida social, e de forma tal que passam a ser crescentemente relevantes. Não ocorre aqui a oswaldiana antropofagia: não é o "atraso" nacional que deglute o "moderno" — são os vetores societários tardo-burgueses que vão refuncionalizando e subsumindo o "tradicional". A internalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro; as reestruturações dos conglomerados nacionais; o intercâmbio econômico e científico-tecnológico com o mundo "globalizado"; as diferenciações na polarizada estrutura de classes; uma indústria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura (espacial e social) inclusiva — tudo isso põe a sociedade brasileira no patamar tardo-burguês. Aqui, a constituição da ordem tardo-burguesa não se apresenta, nem se apresentará, tal como nas sociedades cêntricas em que se desenvolve primariamente — sua configuração se estrutura sem que haja a evicção do "atraso" e do "tradicional"; estrutura-se como ordem tardo-burguesa periférica.

Tudo isso quer dizer que, entre nós, as transformações societárias em curso no capitalismo tardio que se "flexibiliza" vão se processar combinando as suas sequelas específicas com a crônificação daquelas que marcaram a "modernização conservadora" operada pela ditadura do grande capital e não foram senão agravadas subsequentemente. Nessa angulação, para a sociedade brasileira, o ingresso no patamar tardo-burguês significa que a "dívida social" vai combinar-se com as implicações altamente negativas que a "flexibilização" capitalista tem acarretado para os mais amplos contingentes populacionais em

todos os quadrantes em que se efetiva. Significa, em suma, que enfrentaremos, no curto e médio prazos, um cenário econômico e sociopolítico nada favorável — mas tendencialmente o único que nos reserva a inserção, sob a hegemonia burguesa, no mundo “globalizado” pelo capital.

2. O Serviço Social no Brasil na entrada dos anos noventa

Na entrada da década de noventa, o Serviço Social se apresenta no Brasil como uma profissão relativamente consolidada.

No plano da formação (com um currículo mínimo nacional e legalmente inserida no nível superior), cerca de setenta unidades de ensino estavam em funcionamento e poucos estados da Federação não contavam com escolas de Serviço Social⁴¹. A pós-graduação em sentido estrito, implantada na primeira metade da década de setenta, encontrava-se afirmada em sete universidades⁴² e, em sentido lato, registrava experiências importantes. Uma instituição credibilizada, a ABESS⁴³, renovava-se como foro expressivo dos debates sobre a formação profissional e procurava animar, desde 1987, um organismo acadêmico de pesquisa (o Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social e Políticas Sociais/CEDEPSS).

Do ponto de vista da chamada produção científica, o Serviço Social — que agências oficiais de fomento já reconheciam como área apta a receber recursos para a investigação — mostrava um dinamismo estimulante: não só tinha na academia um espaço efetivo de elaboração⁴⁴, como já dispunha de

41. A distribuição das escolas é irregular, com evidente concentração na região sudeste. Releva notar que pouco mais de um terço dos cursos (oferecidos por escolas, faculdades ou departamentos) insere-se nas instituições de ensino superior públicas — dato importante, uma vez que, entre nós, o ensino superior privado na área das Ciências Humanas e Sociais não passa, com honrosas exceções, de indistinta atividade comercial (o que não significa, obviamente, que o ensino público seja, por esta simples condição, exemplar).

42. Quatro universidades públicas (UFRJ, UFPE, UPPB e UnB) e três privadas, da rede católica (PUC-RJ, PUC-SP e PUC-RS).

43. A Associação Brasileira de Estudos de Serviço Social (originariamente, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) foi criada na segunda metade dos anos oitenta.

44. Pesquisa ainda em andamento, apoiada pelo CNPq e coordenada pela Profa. Dra. Nóbrega Kameyama (UFRJ), levantando todas as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas, entre 1974 e 1994, nas instituições citadas na nota 42, encontrando 740 trabalhos (dos quais 47 em nível de doutorado), assim distribuídos segundo seus objetos: análise institucional: 19; cidadania, democracia e direitos sociais: 3; criança e adolescente: 41; crime e violência: 2;

uma bibliografia própria, alargada num fluxo constante, e mantém, além de publicações intermitentes e alguns órgãos universitários, uma revista profissional com periodicidade regular, circulando nacionalmente há mais de uma década (como se sabe, *Serviço Social & Sociedade* existe desde 1979). E mais: alargou-se a demanda, pelo exterior, da presença de profissionais brasileiros em ações de formação e eventos acadêmicos e seus textos encontraram divulgação além-fronteiras; profissionais estrangeiros (notadamente da América Latina) aumentaram a sua frequência nos nossos cursos de pós-graduação e agências nacionais de formação estenderam, institucionalmente, a sua influência a outros países⁴⁵. Por outro lado, a área de Serviço Social abriu-se a amplo diálogo interdisciplinar, promovendo a interlocução com importantes teóricos e intelectuais do país e do exterior⁴⁶.

Também a corporação profissional, com um contingente estimado em mais de sessenta mil (60.000) assistentes sociais, registrava ganhos quer na sua representação junto aos organismos estatais — com a dinamização dos seus Conselho Federal e Conselhos Regionais —, quer na sua experiência associativa enquanto vendedora de força de trabalho (Abramides e Cubral, 1995). Ganhos expressos claramente na regularidade, representatividade e abrangência de seus grandes encontros nacionais, os Congressos Brasileiros

deficiência e doenças mentais: 8; desenvolvimento de comunidade: 31; formação profissional: 97; gênero e família: 48; história do Serviço Social: 32; instrumentos e técnicas profissionais: 23; movimentos sociais: 61; político social: 70; processos socioculturais: 28; processo de trabalho: 46; prática profissional: 133; realidade social/condições de vida de usuários: 23; saúde: 16; teoria e método profissionais: 45; terceira idade: 15. Esses dados estão sendo objeto de análise e qualquer inferência, feita agora, é muito provisória de qualquer forma, é de notar o peso das preocupações com a “internidade” do Serviço Social: 350 trabalhos (31% do total) incidem sobre prática e formação profissionais; se a eles agregarmos os referidos à história profissional (42), teoria e método (45) e instrumentos e técnicas (23), a cifra chega a 330 (44,2% do total).

45. Nesse âmbito, salvo erro, o papel pioneiro cabe ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, que firmou convênios com instituições portuguesas e argentinas. Mais recentemente, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ seguiu a mesma via, firmando convênios com a Universidad de la República (Uruguay).

46. Análogamente, esse diálogo interdisciplinar está muito desenvolvido na maioria dos programas de pós-graduação; alguns deles, aliás, em parcerias conjuntas ou não, já trouxeram ao país, para o debate com profissionais de Serviço Social, figuras como Michael Löwy, Jean Lejkine, Robert Castel, Agnes Heller e Foucault. Certo que se deve destacar, também aqui, o papel importante desempenhado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP que, já na década de setenta, oferecia uma formação que contava com a contribuição, entre outros, de Flávia Fernandes, Octavio Ianni, Evandro A. Vieira e Maurizio Tringenberg.

de Assistentes Sociais (CBAS), que vieram num crescendo desde o terceiro (1979), culminando no mais recente, o oitavo (1995)⁴⁷.

Esse quadro de maturação profissional — coroando esforços coletivos e a que não é estranha a politização progressista da vanguarda da categoria, evidente no ocaso da ditadura militar instaurada em 1964 — tem seu marco mais saliente na contribuição oferecida pelos assistentes sociais quando dos debates, na entrada da década de noventa, para a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), processo no qual, por meio de suas entidades representativas e de alguns de seus investigadores mais operosos, a categoria profissional ofereceu um ponderável aporte à sociedade brasileira.

Este cenário do Serviço Social no Brasil, na passagem dos anos oitenta aos noventa, mesmo que traçado — como aqui — impressionisticamente, é revelador dos avanços alcançados pela profissão, num empenho que pode ser rastreado ainda na inicial militância dos grupos católicos que, na segunda metade da década de trinta, trouxeram o Serviço Social ao país.

É também, contudo, um cenário carregado de questões e problemas — herdados, uns e outras, do passado recente, mas ainda uns e outras novos e emergentes; todos, porém, exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira.

A primeira questão que ressalta, na problemática atual da profissão, refere-se à sua *legitimidade social*. Já em 1981, Yamamoto demonstrava que a "crise de legitimidade" do Serviço Social consistia na assimetria da sua demanda por parte das classes sociais fundamentais: a profissão, caucionada pelas classes dominantes em função do seu conservadorismo (político, mas igualmente teórico e operativo), não contava com a mesma caução por parte dos seus usuários, inseridos majoritariamente nas classes e camadas subalternas (Yamamoto, 1992). Decorridos quinze anos dessa análise, os termos da questão foram alterados — mas o problema permanece em aberto. Se amadureceu, no campo profissional, um vetor de ruptura com o conservadorismo⁴⁸, ele ainda não consolidou uma "nova legitimidade" para o Serviço Social junto às classes subalternas; de outra parte, em áreas de intervenção em que tradicionalmente o Serviço Social aparecia legitimado para os representantes do capital e do Estado, surgem outros profissionais que disputam papéis e

47. Cabe notar que os estudantes de Serviço Social têm sido um papel relevante no movimento profissional, inclusive articulando um organismo de caráter nacional, a Secretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (SSEUNAR).

48. Retorno o leitor à análise que fiz, nesta ocasião, acerca da perspectiva da "intenção de ruptura" (Neto, 1994).

tarefas com os assistentes sociais, pondo em xeque a legitimidade anteriormente alcançada (e já questionada por aqueles representantes na medida em que, no Serviço Social, o conservadorismo perdia espaços). É claro que os conflitos de atribuições aí localizáveis (pense-se nas "fronteiras profissionais" contemporâneas e práticas entre Serviço Social e, por exemplo, Psicologia Social, Sociologias Aplicadas, Administração de Recursos Humanos e Educação) não podem ser equacionados à base de regulações formais ou reivindicações corporativas. Absolutamente compreensíveis na dinâmica da divisão sociotécnica do trabalho, eles só podem ser enfrentados positivamente com o desenvolvimento de novas competências, sociopolíticas e teórico-instrumentais. É nessa dupla dimensão que se podem promover (re)legitimações profissionais, com o alargamento do campo de intervenção ("espaço profissional") das profissões.

Ora, novas competências remetem, direta mas não exclusivamente, à *pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização* — e, no caso do Serviço Social, isso quer dizer conhecimento sobre a realidade social⁴⁹.

Os avanços e o acúmulo realizados no Serviço Social, até a entrada dos anos noventa, foram, neste domínio, enormes⁵⁰; porém, são ainda flagrantemente débeis em face das novas realidades societárias e mesmo da própria extensão das práticas profissionais. Além disso, a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização de tais avanços — o que tem contribuído para alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa dos profissionais "de campo". Entretanto, o que é central na articulação das novas competências aludidas reside nos seus parâmetros teóricos e ideológico-políticos (que, igualmente, rebatem no plano da formação) — a eles me referirei adiante.

As novas competências passam, incontestavelmente, pela *formação profissional* — e, aqui, os problemas (que extrapolam as imprescindíveis determinações técnicas) estão longe de um enquadramento satisfatório, como o

49. Conhecimento que, nas palavras de Yamamoto, no mesmo texto de 1981, obter-se-ia com o "enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento ativo da dinâmica conjuntural" (Yamamoto, 1992: 37).

50. Escapa inteiramente ao âmbito deste artigo mesmo que um simples listagem desses avanços, operados basicamente no espaço acadêmico (cf. nota 44). Cabe apenas lembrar que aí se insurge o esforço de pesquisadores já reconhecidos por sua larga e fecunda trajetória profissional (Maria Carmelita Yazbeck, Vicente Palacios, Aldina Spatti, Poizara A. Pereira) com o de analistas mais jovens (Ana E. Matta, Franz G. Cardoso, Elaine Behring). É que fique patente que a evocação desses nomes é somente ilustrativa: um dado importante do Serviço Social contemporâneo no Brasil é que ele conta com um diferenciado — sob todos os pontos de vista, inclusive os da distribuição regional e etária — espectro de pesquisadores.

prova, aliás, o longo debate que, dinamizado pela ABESS, tem envolvido as unidades de ensino mais atuantes⁵¹.

A questão da formação remete, obviamente, à política nacional de educação — que ultrapassa o protagonismo dos profissionais de Serviço Social ligados à docência. A intervenção desses, no caso da universidade pública, aparece muito limitada pelo sucateamento da instituição e pela permanência de traços herdados da ditadura (o burocratismo, o parasitismo, concepções atrasadas e/ou inoperantes da relação ensino-pesquisa-extensão) e outros gestados nos anos oitenta (o “populismo acadêmico”, o corporativismo); mesmo assim, nela as condições de trabalho são em geral menos constrangedoras que as da maioria absoluta das escolas da rede privada, nas quais a lógica que opera é a da pura rentabilidade capitalista⁵². No entanto, está claro que o protagonismo docente dos assistentes sociais vem sendo problematizado, dentre um amplo leque de condicionalismos, por dois fenômenos cujas natureza e implicações requerem acurada consideração: 1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio-baixos e baixos das camadas urbanas; 2) um visível empobrecimento do universo cultural do alunado. Os dois fenômenos, que não se conectam obrigatoriamente por uma relação causal, não afetam exclusivamente ao Serviço Social; mas, na nossa profissão, ganham enorme ponderação: são concomitantes à exigência de maior qualificação intelectual e cultural, derivada da própria consolidação acadêmica do Serviço Social — está posta, aí, uma contradição que não será fácil solucionar com êxito. Quer-me parecer que o perfil econômico-social e cultural deste “público-alvo” — sem esquecer o dos docentes mesmos, nem sempre distinto — é um elemento de excepcional importância a ser levado em conta no enfrentamento da problemática da formação.

No campo da chamada prática profissional, se as conquistas foram expressivas, também o são os impasses. A efetiva existência de um mercado nacional de trabalho (seja no âmbito já tradicional das instituições governamentais, seja no plano das instituições privadas e, mais recentemente, das “organizações não-governamentais”), crescentemente diferenciado em todos os níveis — e a que não tem correspondido formação especializada —, certamente tem propiciado experiências inovadoras e fecundas; no entanto, a visibilidade

51. As dificuldades que têm entrado o “processo de reestruturação curricular” são facilmente detectáveis nos eventos preparatórios e na documentação produzida para a XXIX Convenção Nacional da ABESS, realizada há pouco (1995) em Recife.

52. E, em qualquer caso, o trabalho docente vem limitado pelo lamentável quadro do ensino fundamental desde porém o alunado.

dessas é ainda reduzida. De uma parte, as insuficientes conexões entre centros de formação e campos de intervenção têm reduzido a capacidade daqueles de viabilizar inovações, bem como a sua retro-alimentação pela realidade das práticas de campo — aqui, é inegável um mútuo desconhecimento⁵³. De outra, e em função do anterior, as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições freqüentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros”, mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições — por isso e muito mais, é freqüente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional.

Falta acrescentar um elemento crucial a essas breves considerações; necessariamente esquemáticas e incompletas, para que fique esboçado o cenário do Serviço Social no Brasil na entrada dos anos noventa: trata-se dos parâmetros ideó-políticos e teórico-culturais de mais forte presença no campo profissional.

A década de oitenta consolidou, no plano ideó-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Entendamo-nos: essa ruptura não significa que o conservadorismo (e, com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional; significa, apenas, que — graças a esforços que vinham, pelo menos, de finais dos anos setenta, e no rebatimento do movimento da sociedade brasileira — posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ou contestadora em face da ordem burguesa conquistaram legitimidade para se expressarem abertamente. É correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ideó-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, *democratizou-se* a relação no interior da categoria e legitimou-se o *direito à diferença ideó-política*. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância.

53. Apesar de toda a preocupação com a “prática”, pouco se tem elaborado no sentido de conhecer a realidade das práticas profissionais no mercado de trabalho. Os esforços feitos nesta direção — investigações como a realizada em Vitória (ES) pela Profa. Rachel M. L. Gentil, de que resultou uma tese de doutoramento (Oestil, 1994), ou pesquisas atualmente em curso, dinamizadas por Comitês Regionais — são sinais promissores, mas ainda não são suficientes.

Entretanto — e o fenômeno é compreensível, quer pelas condições gerais da derrota da ditadura e, na sequência, pelo avanço democrático no país, quer pelas características do corpo profissional —, na imediatividade das expressões da categoria, a magnitude dessa ruptura foi *hiperdramatizada*. A dinâmica das vanguardas profissionais, altamente politizadas, ofuscou a efetividade da persistência conservadora: quem quiser apreender o perfil ideológico da categoria examinando as moções e resoluções dos congressos da década de oitenta certamente terá o retrato de um exército militante de combatentes anticapitalistas... Nada mais distanciado da realidade: o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual. A legitimidade alcançada para a diversidade de posições está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável.

A consolidação da ruptura com o conservadorismo — entendida no sentido aqui circunscrito — favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão. Se não há simetria entre uma e outra, a sua conexão é inegável: a primeira desobstruiu a via para a segunda. E esta, no curso dos anos oitenta, na maturação do que, noutra oportunidade, designei como “intenção de ruptura” (Netto, 1994), foi um dos principais suportes para a sólida inserção do Serviço Social na academia.

Creio que um ponto é pacífico: a década de oitenta assinalou a maioridade do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão de trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. Constituiu-se uma *intelectualidade* no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o “mercado de bens simbólicos” da profissão. Foi característica desse mercado a circulação de *produções brasileiras* — não é de menor importância, no período, a diminuta difusão de literatura profissional estrangeira⁵⁴.

E, nesse mercado, foi dominante a produção influenciada pela tradição marxista (nas suas mais diversas vertentes). No curso dos anos oitenta, a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão: todas as polémicas relevantes (o debate sobre formação profissional e sobre teoria e metodologia, sobre Estado e movimentos sociais, sobre democracia

54. É processo a investigar com cuidado as perdas e os ganhos decorrentes da reduzida divulgação entre nós, na década de oitenta, de material profissional produzido no exterior.

e cidadania, sobre políticas sociais e assistência) foram *decisivamente* marcadas pelo pensamento marxista. Ao fim da década, apenas para mencionar alguns exemplos óbvios, tinha-se uma referência claramente marxista em obras que balizaram a análise da política social (Faleiros, 1986), a compreensão do significado social da profissão (Iamamoto, in Yamamoto e Carvalho, 1982), uma avaliação da reconceitualização e uma tematização da “transformação social” (Carvalho, 1984), bem como o exame da problemática metodológica (Vv. Aa., 1989). Para além da referência direta, a tradição marxista rebateu forte em textos que se tornaram material de base na formação profissional, como é o caso da produção de pesquisadores da PUC-SP (Sposati *et alii*, 1985; Sposati, 1988), e em livros que renovaram a leitura da história do Serviço Social (Martinelli, 1989). É inteiramente fundado, pois, considerar que, nos anos oitenta, sem prejuízo da existência de perspectivas alternativas e concorrentes⁵⁵, foram os influxos da tradição marxista que deram o tom ao debate profissional⁵⁶.

Essa dominância dos influxos da tradição marxista — a que não era alheio o diálogo privilegiado entretido com a Economia Política, a Sociologia Crítica e a Filosofia — contribuiu fundamentalmente para outras duas notas características da década: a valorização da elaboração teórica (a antes mencionada maioridade intelectual do Serviço Social) e a interlocução dos seus protagonistas, na condição de parceiros, com outras áreas de conhecimento — a intelectualidade profissional desenvolveu a sua audiência para além dos limites da categoria. Ao mesmo tempo, e explicavelmente, aquela dominância centralizou a cultura profissional no interior da academia.

Por essas razões, a dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista ganhou uma credibilidade tão forte que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva; a resistência à tradição marxista, fundamente arraigada em ponderáveis segmentos da categoria, não se reduziu — simplesmente não encontrava condições para manifestar-se franca e abertamente. E para isso colaboravam, e com vigor, os vetores ideológicos que, na categoria, jogavam contra o conservadorismo, construindo uma cultura profissional politizada à esquerda.

Na virada da década, contudo, as bases dessa dominância teórico-cultural começam a ser deslocadas. Múltiplos, e de natureza variada, são os elementos que concorrem para esse deslocamento; o impacto, nas esquerdas, do colapso

55. Aprofundamentos e desdobramentos das linhas-de-força teórico-profissionais que também vislumbram dos anos setenta; para um exame dessas linhas, cf. Netto (1994: 164-249).

56. É sintomático que o *best-seller* profissional da década de oitenta tenha sido o pioneiro e exemplar trabalho de Yamamoto e Carvalho (1982).

do "socialismo real"; a ofensiva neoliberal; a reconversão (condicionada pelos dois componentes anteriores), no exterior e no país, de numerosos intelectuais ao ideário da ordem; os giros no processo político brasileiro etc. Mas, muito especialmente, conta nesse deslocamento a inflexão que se registra nos meios acadêmicos com a maré-montante da pós-modernidade (notadamente em sua versão neoconservadora): é no próprio espaço — universitário — em que aquela dominância se afirmara que emergem os elementos que operam para desqualificá-la. E, muito rapidamente, a desqualificação começa a ganhar corpo: o racionalismo dialético é posto sumariamente no mesmo nível da razão miserável positivista, e ambos são inapelavelmente impugnados como "paradigmas" anacrônicos; o humanismo marxista é acimado de "eurocêntrico"; a perspectiva da totalidade (bem como a análise sistemática que é seu corolário) é equalizada à "vontade totalitária"; a preocupação com a dinâmica histórica é infirmada pela atenção às "continuidades profundas"; a ênfase na macroscopia social é catalogada como discurso generalizante...⁵⁷

Do ponto de vista dos parâmetros teóricos, o que é saliente, no Serviço Social no Brasil, na entrada dos anos noventa, é o fato de se registrar a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Dada a relevância destas nos desenvolvimentos da década passada, a crítica, todavia, não se apresenta como antimarxista; antes, ela se realiza sob duas formas principais, aliás complementares: 1) uma crítica à *ortodoxia* (que, para os críticos, é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social; 2) uma crítica às *lacunas* (e não aos *equivocos*⁵⁸) existentes nos seus trabalhos. No primeiro caso, a crítica se dirige no sentido de "ampliar", "abrir", "flexibilizar" a perspectiva teórica, incorporando os autores que sejam do gosto do crítico (Habermas para uns, Foucault para a maioria) e as tendências mais prestigiadas e mais *up to date* nos círculos acadêmicos e na indústria cultural (os pós-modernos). No segundo, constatando-se que a elaboração dos anos oitenta não lavrou sobre um amplo rol de objetos (questões de gênero, de cultura, de minorias etc.), insinua-se que isso se deve a uma espécie de isépcia imanente às correntes marxistas para enfrentá-los. E não

57. O deslocamento referido antes é também claro quando se consideram as disciplinas (e, mais que elas, as suas correntes) que passam a constituir então os principais interlocutores do Serviço Social: parcelas da Antropologia, a "Nova História" e vertentes das Psicologia. Especialmente certas tendências da Psicologia Social começam a rebater fortemente na elaboração profissional — veja-se, por exemplo, como a noção de *representação* (compontemente crítica), aliás, por Csehik, 1994) vem ganhando corpo no debate profissional mais recente.

58. Não é esta a ocasião para avaliar a qualidade da produção dos marxistas brasileiros no Serviço Social — ela também marcada por uma problemática que envolve simplismos, ociosismos, interpretações vulgares etc.

é incomum, nos dois casos, um tratamento caridoso aos marxistas, tratamento que generosamente se dispensa aos habitantes do *Jurassic Park*.

3. Perspectivas imediatas, mercado de trabalho e tendências de desenvolvimento

Quando se consideram as características estruturais da sociedade brasileira e sua modalidade de inserção no sistema capitalista contemporâneo, independente dos rumos políticos imediatos, verifica-se que a demanda objetiva de uma profissão como o Serviço Social não tende a se contrair. A dinâmica das relações capitalistas no marco nacional (periférico e heteronômico), as implicações da brutal concentração da propriedade e da renda, os padrões arraigadamente estabelecidos de inclusão/exclusão social, os profundos impactos de uma urbanização veloz e inteiramente descontrolada, a ruptura acelerada de relações familiares tradicionais, o perfil demográfico do país, a necessidade de mecanismos de cobertura e proteção macro e microsociais em larga escala — tudo isso concorre para constituir um quadro societário que, objetivamente, garante espaços aos assistentes sociais, quer operem com "o paradigma das relações interindividuais", quer trabalhem com "o paradigma das relações de força, poder e exploração" (Falciro, 1993: 126 e ss). É evidente, porém, que hegemonias políticas diferentes, concretizando projetos sociais diversos no marco nacional, direcionarão distintamente o processo social brasileiro e demandarão diferenciadas perspectivas e estratégias de ação profissional.

Estou me referindo à demanda do Serviço Social como *possibilidade objetiva*, posta pelo quadro societário brasileiro e pela particularidade profissional de que o Serviço Social se revestiu. Mas a conversão da possibilidade em realidade dependerá da capacidade de resposta profissional do Serviço Social àquela demanda e da sua maior ou menor compatibilidade com a hegemonia política que vier a afirmar-se e/ou da sua funcionalidade em relação às eventuais "contra-hegemonias" que puderem se desenvolver. É claro que, se não for capaz de elaborar respostas qualificadas para as demandas — e essa qualificação, em grande medida, será aferida em função da racionalidade sociopolítica da hegemonia que se afirmar —, o Serviço Social pode muito bem definir e tornar-se um exercício profissional residual.

Mas o Serviço Social mesmo não é indiferente às hegemonias que se constituírem: no seu interior, desenham-se e conflitam projetos profissionais que são mais ou menos compatíveis com projetos sociais determinados e, pois, com determinadas hegemonias políticas. A ineliminável dimensão ideol-

política da profissão reside precisamente na articulação do seu significado social objetivo com os projetos sociais (postos pela vontade política dos sujeitos) que nele incidem. Assim, a cultura profissional — princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos — joga um papel importante na delimitação da compatibilidade entre exercício profissional e uma dada hegemonia política. Por isso mesmo, num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma *direção social estratégica* para a sua profissão.

Cabe esclarecer, a essa altura, que (1) a consolidação de uma determinada direção social estratégica não equivale à supressão das diferenças no conjunto da categoria ou à equalização dos vetores que compõem a cultura profissional e que (2) se uma direção social estratégica tem seu nervo num componente ídeo-político, ela está longe de reduzir-se a ele, envolvendo, necessariamente, o complexo da cultura profissional. Quanto ao primeiro ponto, há que lembrar que estamos diante de um processo não de monopólio, mas de luta por hegemonia, de *direção* não se trata de consagrar identidades cristalizadas, mas de promover unidades dinâmicas. Nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo — é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento. Uma direção consolidada é aquela que, sintonizada com as tendências sócio-históricas mais significativas, circunscreve o espaço de enfrentamento das diferenças em função de objetivos que se fazem reconhecidos como legítimos e pertinentes; nessa ótica, aliás, é apenas em face de uma direção determinada que as diferenças profissionais adquirem sentido. Quanto ao segundo aspecto, é preciso enfatizar que não basta a uma direção social estratégica o enunciado do seu horizonte ídeo-político; para que esse transcenda o plano da petição de princípio (ou da mera intencionalidade), é necessário que se articule congruentemente aos traços mais determinantes da cultura profissional; se ele carece dessa articulação ou se, à sua revelia, metamorfoseia-se a cultura profissional, a direção perde vigência.

No caso do nosso Serviço Social, o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, preñe de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gerar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir (e que vem ganhando corpo desde a última eleição presidencial) — direção suficientemente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde março de 1993: direção que,

pondo como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e, posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta "por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero" (CFAS, 1993: 11)⁵⁹.

O que, naquela compósita cultura profissional⁶⁰, sustenta essa direção são matrizes não apenas antagônicas ao conservadorismo, mas, ainda, expressamente colidentes com as bases epistemológicas do pensamento pós-moderno e conflitantes com o quadro de referência cultural da pós-modernidade. Desenvolvidas sob a influência da tradição marxista, mas incorporando valores hauridos noutras fontes e vertentes e, pois, sem vínculos estreitos ou setúrios, aquelas matrizes estão diretamente conectadas no ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade — neste sentido, tais matrizes não são "marxistas" nem dizem respeito apenas aos marxistas, mas remetem a um largo rol de conquistas civilizatórias e, do ponto de vista profissional, concretizam um avanço que é pertinente a todos os profissionais que, na luta contra o conservadorismo, não abrem mão daquilo a que o velho Lukács chamava de "herança cultural".

Pois bem: na minha ótica, no curto prazo (digamos: nos próximos quatro ou cinco anos), o debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção social estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa — o que estará no centro da polémica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que, é óbvio, marcará a agudização da luta ídeo-política no campo do Serviço Social.

Mas, precisamente porque — como anotei há pouco — uma direção social estratégica num âmbito profissional não se reduz ao seu eixo ídeo-político,

59. É de valia recordar que a elaboração deste Código, envolvendo dois Seminários Nacionais de Ética e colóquios em vários estados do país, contou, para além da articulação CFAS/CRAS (hoje, CPSS/CRSSS), com contribuições da ABESS, da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais, hoje desativada) e da SESSUNE. Segundo o CFAS, "este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros" (CFAS, 1993: 10).

60. Uma amostra da diferencialidade dos vetores constitutivos da cultura profissional que veio se afirmando com a ruptura com o conservadorismo pode ser encontrada no material de relevante pesquisa que, apoiada por investigadores de várias universidades, foi coordenada pela Profa. Dra. Maria Ozairia Silva e Silva, da UFPA (Silva, 1995).

direção social estratégica

→

→

→

qual o debate no profi.

O que é a direção social - na farmácia isso significa tomar nota perspectiva

tudo indica que o debate não será conduzido como uma polémica ídeo-política (exceto pelos conservadores mais empedernidos e corajosos e, talvez, pelos pós-modernos mais convictos). Substantivamente, os confrontos imediatos vão se dar em torno das matrizes da cultura profissional que se adensou ao longo dos anos oitenta e que sustentam a direção social estratégica explicitada — vulnerabilizar aquelas matrizes (e a tradição marxista, e suas influências, que as catalisou) será o modo mais discreto, eficiente e diplomático de questionar a direção social. E é exatamente aí que o conservadorismo e as proposições pós-modernas se dão as mãos: o combate e a crítica ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo. Eis por que, aqui, investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo.

Talvez seja preciso recordar que a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social de origem católica (que, afinal, parameou longamente o nosso Serviço Social) foram decididamente *antimodernos*: a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual etc.; não por acaso, a direção social estratégica dominante no seu interior vinculava-se a um projeto social e político que recusava o liberalismo e o socialismo (projetos claramente *modernos*); vinculava-se a um conservadorismo que, na perspectiva do anticapitalismo miltônico, jamais colidia com engenharias sociais "orgânicas", de caráter corporativo. Essas profundas raízes antimodernas do conservadorismo do Serviço Social tornam-no habilitado a capitalizar e a integrar, na sua luta contra os avanços profissionais, muito das concepções e proposições pós-modernas. Assim, mesmo que os defensores da pós-modernidade no Serviço Social se disponham a demarcar-se nitidamente da política dos segmentos conservadores (e há, de fato, no plano ídeo-político e cultural, muitas diferenças entre eles), é fortíssima a probabilidade da sua aliança com tais segmentos.

Essa aliança, possível no plano ídeo-político, será sobretudo viabilizada no plano da cultura profissional e, especialmente, no âmbito teórico-analítico. A recusa pós-moderna da metanarrativa, da macroteoria, da categoria da totalidade etc., vem ao encontro do conservadorismo profissional, que privilegia o microsossial, no máximo as "teorias de médio alcance" (que Merton sustentou na sua direção, mas igualmente agnóstico-social). As implicações, naturalmente, estendem-se ao plano operativo: o privilégio da "mudança cultural", a centralização nas singularidades, a ênfase nas especificidades, a valorização do trabalho focalizado etc.

Assim, se a prospecção que faço é correta, a curto prazo o principal embate no terreno do Serviço Social terá um conteúdo nitidamente ídeo-político, mas embutido na polémica teórico-epistemológica e operativa — entretanto, sem qualquer similitude com o "debate sobre teoria e metodologia" travado nos anos oitenta: nestes próximos anos, ele será dirigido notadamente para as demandas profissionais imediatas. E, nesse embate, penso que várias condições são muito favoráveis às correntes que tendem a questionar, direta ou indiretamente, a direção social estratégica (bem como os traços da cultura profissional que a sustentam) que se veio construindo na luta contra o conservadorismo: o projeto burguês de hegemonia do grande capital; a ambiência dominante na academia (largamente escurada pela indústria cultural); os substratos duradouros do conservadorismo e da antimodernidade no campo profissional etc.

Mas esse enfrentamento pode ser exitoso se aqueles que se contrapõem ao conservadorismo e à maré-montante pós-moderna, na defesa consequente da direção social estratégica que os fóruns da categoria vêm referendando⁶¹, revelarem uma dupla coragem: cívica e intelectual. Coragem cívica, em primeiro lugar: "não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo" (Anderson, in Sader e Gentili, orgs., 1995: 197). Coragem intelectual: não se trata de conduzir o debate com princípios ou alusões a objetivos generosos, mas de assumi-lo com a análise das transformações societárias, compreendendo-as nas suas tendências de fundo e não vacilando em reconhecer as dificuldades teóricas que, nesse esforço, expressam a inconclusividade dos nossos conhecimentos; trata-se de não capitular diante de qualquer tentação neo-irracionalista ou agnóstica⁶² e de insistir em que, desenvolvendo as potencialidades inesgotadas da teoria social moderna (notadamente com a inspiração marxista), é possível tomar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso (foi para isso-lo que me alonguei tanto na primeira seção deste artigo).

Enfrentando assim o confronto profissional que me parece o central no curto prazo, os segmentos profissionais que respaldam a direção social estratégica

61. Supari, há pouco, que manifestações congressuais devem ser tomadas com cautela — de qualquer modo, o VIII CIBAS (julho de 1995) foi expressivo na reafirmação da direção social e que me refiro. E parece que o mesmo vale para a última Convenção Nacional da ABESS (outubro-novembro de 1995).

62. Para uma didática e ácida crítica ao neo-irracionalismo pós-moderno e suas tendências agnóstico-sociais, cf. o despretensioso, mas competente, ensaio de Evangelista (1992). Outras indicações, além da bibliografia já citada, encontram-se em Merquior (1983) e em Perry e Renou (1988).

formulada podem bater-se com o conservadorismo e a ideologia pós-moderna no terreno próprio da construção de um projeto profissional compatível com aquela direção, ultrapassando neste mesmo terreno "um certo recuo" que uma estudiosa identificou em meados dos anos noventa (Silva, 1995: 68). De qualquer modo, sendo prematuras antevistas do desfecho desse confronto, parece-me que os segmentos comprometidos com tal direção social estratégica acumularam forças que lhes permitem apresentar-se bem qualificados para a luta de idéias iminente ou, se se quiser, já em curso⁶³.

O confronto, todavia, e como já indiquei, não será similar aos que se travaram no passado recente; sua referência imediata estará posta pelas demandas do mercado de trabalho — e esse, também como já sugeri (cf. a nota 53), não tem a sua estrutura e tendências suficientemente elucidadas. No entanto, as transformações societárias incidentes na nossa sociedade certamente o estão modificando, seja pela redução da demanda de atividades antes significativas (ou porque as suas necessidades diminuíram e/ou foram transferidas a outros profissionais), seja pelo surgimento de atividades novas (e aqui reside o mais dinâmico desse movimento). E algumas indicações parecem indiscutíveis: a democratização da sociedade, no rastro da derrota da ditadura, abrindo a via à consagração de direitos sociais, alargou espaços para a intervenção profissional⁶⁴; as transformações nas instituições estatais, no marco da Constituição de 1988, operaram no mesmo sentido; e, especialmente, até como decorrência do padrão capitalista induzido pela "modernização conservadora" do regime de 1964, a demanda de assistentes sociais pela chamada iniciativa privada se ampliou expressivamente. Por outro lado, a particularidade de que as transformações sociais se revestem numa sociedade como a nossa (a ordem tardio-burguesa periférica, a que aludi atrás) tende também a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas "tradicionais" e as "novas", tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficiência operativa. Mesmo que o nosso conhecimento sobre o mercado de trabalho seja precário, não parece errôneo observar: 1) a crescente segmentação das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profis-

63. No plano editorial, por exemplo, os últimos lançamentos ostentam a produtividade deste segmento; entre outras, vejam-se as contribuições, todas de 1995, de Abramides e Cabral, Cardoso, Garcia, Mata, Postes e Simionato.

64. É evidente, por isso mesmo, que não serão desprezíveis, para o mercado de trabalho dos assistentes sociais, os impactos de restrições a esses direitos (ponto importante no agenda de "ajustes" neoliberais) — cf. *ibidem*. É sempre importante recordar uma função elementar dos assistentes sociais: a execução terminal de políticas sociais públicas (Neto, 1992).

sionais; 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais⁶⁵ e nas da "iniciativa privada", estas com esquemas de controle e aferição mais estritos do desempenho profissional.

As exigências imediatas do mercado de trabalho, parece-me, vão referenciar a curto prazo o debate profissional por três razões principais: 1) as prioridades dos empregadores (públicos e privados) de assistentes sociais tenderão, em função das transformações societárias em curso, a enfatizar ainda mais as resultantes prático-operativas do trabalho dos profissionais; 2) nos olhos dos assistentes sociais, dada a histórica e ineliminável característica operativa do Serviço Social, as respostas a elas se apresentam como via preferencial para solucionar os impasses da legitimação social da profissão; e 3) os próprios avanços profissionais dos anos oitenta impõem o enfrentamento das "questões da prática", sendo ao preço de se esgotarem. Mas, ao referenciar o debate às demandas do mercado de trabalho, o confronto imediato no campo profissional haverá de condicionar os desenvolvimentos do Serviço Social a médio prazo: o que vier a suceder na segunda metade desta década, se realmente rebater na cultura e nas práticas profissionais dos assistentes sociais, afetando sua inserção socioocupacional, assentará balizas para o evoluir das linhas-de-força da profissão nos próximos dez ou quinze anos.

É aqui, na conexão profissional do curto com o médio prazo, que se situa a importância do projeto burguês de hegemonia que se vem adensando no país — uma vez que ele condicionará significativamente as modalidades de incidência das transformações societárias no marco do nosso Estado nacional.

Ainda é cedo para se ter uma idéia exata do limite a que chegarão as reformas que o atual governo está patrocinando: se está claro que elas não avançarão conforme o desenho imperial exibido por FHC ao longo de 1995, também é claro que elas vão ferir duramente direitos e serviços — públicos — sociais (cf. as notas 64 e 65). No momento em que escrevo, janeiro de 1996, são esclarecedores, quanto aos primeiros, o rumo em que vai a "reforma da Previdência" e a implementação da "flexibilidade" nos contratos de trabalho; quanto aos segundos, o trato "exemplar" que foi dispensado a um organismo como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) não pode ser esquecido, mormente se se o acresce ao apelo ao "protagonismo da sociedade civil" expresso nestas pérolas da refilantropização da assistência que são o *Comunidade Solidária*, o *Universidade Solidária* e o que de mais vier com assemelhado

65. Também aqui, a hegemonia do grande capital, se vier a consolidar uma política de corte neoliberal, com o sucateamento dos serviços sociais públicos, terá impactos fortemente negativos no mercado de trabalho dos assistentes sociais — cf. nota 64 e *ibidem*.

→ O que ocorre do Projeto do Conselho Nacional de ETNAs

solidarismo. Trocando em miúdos: enquanto o contingente dos "segmentos desprotegidos" tende a aumentar, não há nenhum indicador de que a política estatal se empenhará em desenvolver coberturas mais amplas — antes, os indicadores sugerem a direção oposta. O movimento tendencial aí perceptível vai no sentido de o Estado (em todos os seus níveis) reduzir-se enquanto espaço de inserção profissional de assistentes sociais, seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm (e uma forma desse sucateamento são políticas de aviltamento salarial).

O apelo às "iniciativas da sociedade civil" — tomada abstratamente, supra-classistamente —, recobrando a desresponsabilização do Estado em face de seqüelas da *questão social* mediante a convocação de "parcerias", é perfeitamente compatível com o esvaziamento da efetividade da cidadania: no mesmo andamento em que se "desregulam" e se "flexibilizam" direitos sociais consagrados constitucionalmente, a "cidadania" serve como palavra-de-ordem para caucionar da reivindicação de água-e-esgoto à requisição de próteses dentárias... Em nome das "iniciativas da sociedade civil" e da "cidadania", a cultura antiestatista a que me referi antes (alegremente assumida por tendências anarcóides de todos os matizes, que desqualificam, no seu antiinstitucionalismo burato, quaisquer formas, não importa se legítimas ou não, de controle social) chancela tais "parcerias" e tem levado segmentos profissionais a valorizar, quando não a priorizar, as chamadas organizações não-governamentais (as ONGs) como espaço profissional. Independentemente de qualquer avaliação sobre a relevância e a importância das ONGs na sociedade brasileira (relevância e importância que a mim me parecem significativas e positivas), o que se sabe sobre a esmagadora maioria delas indica que estão muito longe de constituir um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais) — quando muito, oferecem vínculos empregatícios parciais. Salvo erro de análise, apostar nas ONGs como "saída profissional" é desconhecer os graves riscos do *pluriemprego* — vida-viva em que profissionais são compelidos a várias inserções empregatícias, num processo em que a fragmentação do mercado de trabalho pode conduzir a um processo de desagregação profissional.

A segmentação no mercado de trabalho, como assinalai atrás, põe a diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas da "iniciativa privada", mesmo que se considere que tal diferenciação seja esbatida na medida em que a lógica destas últimas possa vir a ser incorporada por várias daquelas. Mas a segmentação coloca, especialmente, desafios instrumental-operativos diversos. Se, na maioria das instituições estatais, o que essencialmente rebote do capitalismo tardio em busca de "flexibilização" é a

restrição de coberturas, nas da "iniciativa privada", o que se altera mais rapidamente são as atribuições e papéis profissionais. Pense-se, por exemplo, nas médias e grandes empresas, campo das várias "reengenharías": aí, o forte tende a ser a demanda de profissionais para: 1) mediar as relações da empresa com os segmentos populacionais afetados imediatamente por sua ação (como ilustração, veja-se o papel de assistentes sociais em grandes empreiteiras de construção civil); e, com destaque, 2) contribuir na gerência de novas "parcerias" entre capital e trabalho (v.g. os "estímulos" oferecidos a empregados para, em processos de "terceirização", criar seus "próprios negócios"), na administração de "benefícios sociais" e, crescentemente, na condução de "novos métodos de organização do trabalho" (Círculos de Controle de Qualidade, Qualidade Total etc.).⁶⁶ Ao mesmo tempo, já surge também a tendência à "terceirização" do trabalho desses próprios profissionais, com vistas à redução do quadro de técnicos com vínculos empregatícios com as empresas, estimulando-se a "iniciativa pessoal", a "autonomia profissional" e os devaneios acerca de um novo estatuto "liberal" para os profissionais envolvidos.

O verdadeiro problema que as alterações emergentes no mercado de trabalho colocam não é o da "preservação de espaços profissionais" nem, muito menos, o do atendimento ou não das suas demandas. Já assinalai expressamente que a questão do espaço profissional não pode ser tomada a partir de um ponto de vista corporativo, mas deve ser apreendida na perspectiva de *novas competências*. Quanto à resposta às demandas do mercado, nem mesmo os adeptos do Serviço Social mais "alternativo" podem hoje ignorá-las: a questão de fundo está em *como* responder a elas. Porque, com efeito, a própria determinação das demandas do mercado de trabalho, em si mesma, é problemática. Numa ótica neoconservadora, que pode aliar conservadores históricos a pós-modernos, os indicadores empíricos das necessidades do mercado devem ser os determinantes da formação profissional; numa palavra, a esta caberia responder ao mercado de trabalho. Já a perspectiva da direção social estratégica formulada na entrada dos anos noventa não pode contentar-se com a sinalização do mercado de trabalho; deve conectá-la à análise das tendências societárias macroscópicas (o que supõe forte investimento na pesquisa da realidade e a apropriação de categorias e procedimentos da teoria social moderna) e aos objetivos e valores do projeto social que privilegia; assim, sua resposta às demandas do mercado tem que contemplar prioridades e alternativas. A resposta direta, para e simples, instrumental-operativa, às

66. Em algumas empresas de economia mista, controladas pelo Estado, o quadro já é semelhante ao de unidades da "iniciativa privada".

demandas do mercado é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional.

Vejam, porém, as possíveis tendências de médio prazo. Considerando as transformações societárias próprias do capitalismo tardio em busca de "flexibilidade" numa sociedade periférica, em que se desenvolve um projeto burguês de hegemonia sintonizado com a ofensiva neoliberal, e levando em conta, em face das demandas do mercado de trabalho, os componentes mais significativos da cultura profissional, penso que se podem avançar as seguintes projeções para o Serviço Social no Brasil:

1. as linhas de clivagem quanto às concepções profissionais se tornarão mais nítidas, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional;

2. imediatamente, as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional;

3. as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com a incorporação de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais (ou seja: convertidas em realidade) se o Serviço Social puder antecipá-las, com a análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho;

4. as possibilidades mencionadas no item anterior configurarão tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socio-profissionais;

5. a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações incontornáveis: a) na categoria profissional, produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimentos, de prestígio, de remuneração etc.); b) no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria profissional.

Se for correta a projeção de que as exigências do mercado de trabalho balizariam no curto prazo o debate do Serviço Social, então o que se pode afirmar é que os segmentos da categoria profissional que melhor responderem a elas tenderão a polarizar a cultura profissional e a aprofundar ou reverter a direção social estratégica já formulada.

Tais exigências recolocam, em primeiro plano, o problema da formação: será insustentável, já a curto prazo, a atual graduação, com seu perfil generalista, para atender ao mercado de trabalho. Esquemáticamente, dois encaminhamentos

(além já discutidos no passado recente) são possíveis: 1) *afunilar a graduação*, dirigindo a formação, desde o início, para especializações (as várias áreas da saúde, a habitação, as relações de trabalho e a gestão de recursos humanos nas empresas, "poder local", assessoria a movimentos sociais, infância e adolescência, terceira idade etc.); 2) *manter o perfil generalista da graduação, institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional* (cf. o exemplo da residência médica).

Esses dois encaminhamentos não são apenas opções "técnicas" ou "técnico-pedagógicas" — neles se embute o substrato ideológico anteriormente referido. O primeiro, além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, acabará por ulijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação com toda investigação que não seja "aplicada"; converterá a profissão num elenco de especialidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada. O segundo delimita a única solução que me parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada dos anos noventa: pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada. E é nesta segunda alternativa, diga-se de passagem, que se pode fundar conseqüentemente a noção de uma *formação profissional contínua*.

Assim, pois, a curto prazo o problema da formação profissional não pode continuar se colocando mais como restrito à preparação das novas gerações de profissionais: tem que incluir os milhares de assistentes sociais já diplomados e que se vêem fortemente pressionados pelas restrições do mercado de trabalho. Cursos de especialização, de reciclagem, de atualização profissional etc., que atendam às exigências de *intervenção localizada* (ação focal), terão que ser implementados rapidamente. E a questão central, na implementação desses cursos, é óbvia: reside no modo como se tomará a intervenção localizada de que se trate — tomá-la como tal, na sua imediatez de demanda operativo-instrumental, pode ser o enquadramento oferecido pelas vertentes profissionais que contestam a direção social estratégica; para as vertentes comprometidas com esta, o trato operativo-instrumental deve ser, necessariamente, conectado à compreensão da problemática em tela e da ação focal no sistema de relações da sociedade brasileira.

De fato, o que aqui se repõe em discussão é o próprio perfil do assistente social que se pretende assegurar: um técnico treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficiência operativa ou um intelectual que,

habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social. As possíveis gradações nesse continuum não eludem a sua polaridade e as marcantes contraposições da sua formação e da sua cultura profissionais: de uma parte, a especialização como objetivo da formação; de outra, a especialização como decorrência de critérios de intervenção em áreas tomadas como prioritárias ou relevantes a partir de uma referência totalizadora às concretas relações sociais. Em resumo, confrontam-se dois "paradigmas" de profissional: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho *tal como elas se apresentam* ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua *compreensão teórico-crítica*, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada.

Devemos, porém, voltar os olhos às nossas projeções anteriores, referidas às linhas de desenvolvimento profissional. Sua concretização passa, naturalmente, por um espectro de variáveis que está muito além dos controles e da capacidade de intervenção dos assistentes sociais — as mais decisivas delas residindo na dinâmica das contradições da ordem tardo-burguesa. No entanto, se se concretizarem, aquelas projeções tanto vão implicar desdobramentos das atuais vertentes teóricas e ídeo-políticas que operam na profissão quanto vão metamorfoseá-las e, com muita probabilidade, metamorfosear as práticas que orientam e/ou estimulam.

Quanto às vertentes teórico-profissionais, sendo correta a prospecção de uma diferenciação maior das concepções profissionais, penso que se podem projetar as seguintes linhas de desenvolvimento:

1. manter-se-á a continuidade da vertente que se iniciou com a "intenção de ruptura" (Netto, 1994: 247 e ss), com influência da tradição marxista e no marco da direção social estratégica explicitada na abertura dos anos noventa; muito do futuro desta vertente está hipotecado ao trato que vier a dar às demandas do mercado de trabalho;

2. registrar-se-á um novo alento de uma vertente de *cariz tecnocrático*, herdeira daquela que foi a "perspectiva modernizadora" dos anos sessenta e setenta (Netto, 1994: 164 e ss), mas renovada pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais, que lhes oferecem novas caução para a sua inserção nas instituições diretamente controladas pelo capital; para a sua inserção nas instituições governamentais, as novas chancelas deverão vir da proposta da gestão da crise do Estado de Bem-Estar por meio das "parcerias", mote que poderá substituir a antiga ideologia da "participação";

3. ter-se-á a persistência, com uma influência cuja expressão não deverá crescer significativamente, da vertente do *conservadorismo tradicional*, que recorreu, nos anos setenta e oitenta, à fenomenologia (o que chamei de "reatualização do conservadorismo" — Netto, 1994: 201 e ss);

4. verificar-se-á o desenvolvimento de uma vertente *neoconservadora*, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da moda das chamadas ciências sociais e tendo seu gume crítico apontado para a revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos oitenta; muito provavelmente, essa vertente promoverá, por um lado, uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimador de natureza "cultural" e, por outro, estimulará, respaldando o apelo à "sociedade civil" e à "cidadania", ações focais no marco de petições "solidárias" e de "parcerias" a todos os níveis;

5. assistir-se-á a um florescimento de *vertentes aparentemente radicais*, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (a glorificação do "saber popular", do "povo", com o apelo a valores de "solidariedade"), seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade (a entronização abstrata do "protagonismo da sociedade civil", a desconsideração do Estado, o antiinstitucionalismo vulgar, a reificação das "diferenças"), seja no irracionalismo aberto (a validação das "racionalidades alternativas"), seja no relativismo mais primário (com a equalização de todas as formas de socialidade).

Parece claro que essas linhas não são excludentes; podem-se antever cruzamentos e alianças, complementaridades e apoios, por exemplo, entre as referenciadas em 2 e 4, 3 e 4, e 4 e 5. Penso, todavia, que haverá um confronto teórico-profissional substantivo, a travar-se entre as linhas sinalizadas em 1, 2 e 4. E penso que, independentemente dos seus resultados e implicações, o saldo desse enfrentamento poderá ser rico e fecundo para a categoria profissional — desde que a polémica seja conduzida com firmeza e radicalidade.

Mas não penso que seus resultados e implicações sejam indiferentes, uma vez que contribuirão em larga medida para conferir ao Serviço Social, no Brasil, na alvorada do século XXI, faces e visibilidades distintas — e o problema para mim decisivo reside em saber se os traços mais salientes da face de maior visibilidade serão predominantemente funcionais ou disruptivos em relação à ordem tardo-burguesa periférica. Somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico que se contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ele comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vincos utópico-românticos, pode assegurar que os componentes sociocêntricos e emancipadores

que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potenciados e atualizados. É essa perspectiva — que só me parece garantida com a direção social estratégica explicitada no início da década de noventa e passível de aprofundamento no marco da primeira das linhas teórico-profissionais que indiquei — que pode abrir o Serviço Social a demandas que transcendam o horizonte da ordem do capital.

Em que medida essas projeções e essas convicções resistirão à prova da história — eis uma questão que seguramente outros irão avaliar, corrido o médio prazo, em condições melhores que as que nos são dadas, a todos nós, neste nebuloso fim de século.

Bibliografia

- ABRAMIDES, M. B. C., CABRAL, M. S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- ALMEIDA, M. H., SÖRJ, B. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- ANTUNES, R. *Adenos ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.
- BAHRO, R. *A alternativa. Para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial/1990*. Rio de Janeiro, FGV, 1991.
- BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa, Estampa, 1989.
- BAUDRILLARD, J. *La société de la consommation*. Paris, Gallimard, 1974.
- BELL, D. *Vers la société postindustrielle*. Paris, Laffont, 1976.
- BLACKBURN, R. (org.) *Depois da queda. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- BRUNHOFF, S. *A hora do mercado*. São Paulo, UNESP, 1991.
- BURAWOY, M. *The politics of production*. London, Verso, 1985.
- CALLINICOS, A. *A vingança da história. O marxismo e as revoluções do leste europeu*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo, Cortez/EDUFMA, 1995.
- CARVALHO, A. M. P. *A questão da transformação e o trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1984.
- CLARKE, S. "Crise do fordismo ou crise da social-democracia?". *Lut Nova*, São Paulo, Cedec, 24, 1991.
- CONNOR, S. *Cultura pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/CFAS. *Código de ética profissional do assistente social*. Brasília, CFAS, 1993.
- CORIAT, B. *L'atelier et le chronomètre*. Paris, C. Bourgois, 1982.
- _____. *L'atelier et le robot*. Paris, C. Bourgois, 1990.
- _____. *Penser à l'envers*. Paris, C. Bourgois, 1991.
- COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- _____. *Democracia e socialismo*. São Paulo, Cortez, 1992.
- CROCHIK, J. L. "O conceito de representação social: a questão do indivíduo e a negação do outro". *Psicologia USP*, São Paulo, USP, v. 5, n. 1/2, 1994. *→ crítica a representação*
- DAHL, R. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- EAGLETON, T. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- EVANGELISTA, J. E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo, Cortez, 1992.
- FALEIROS, V. P. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo, Cortez, 1980.
- _____. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo, Cortez, 1993.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- _____. (Org.) *Cultura global*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- _____. "Tarefas dos intelectuais na revolução democrática". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 14, 1979.
- FERRY, L., RENAUT, A. *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo, Ensaio, 1988.
- FOSTER, H. (ed.) *The anti-aesthetic*. Washington, Bay Press, 1984.

GENTILI, R. M. L. *Identidade profissional do Serviço Social: diversidade e pluralidade*. São Paulo, PUC-SP, mimeo, 1994.

GONÇALVES, R. *Ô abre-alas: A nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GORZ, A. *Stratégie ouvrière et néo-capitalisme*. Paris, Seuil, 1964.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

HELLER, A. *La théorie des besoins chez Marx*. Paris, UGE-10/18, 1978.

HELLER, A., FEHÉR, F. *Marxisme et démocratie*. Paris, Maspero, 1981.

HOBBSBAWM, E. J. *Era das extremas*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, E. J. (org.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. II, 1989.

HOLLANDA, H. B. (org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V., CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/CELATS, 1982.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

INGRAO, P. *Masse e potere*. Roma, Riuniti, 1977.

_____. *Crisi e terza via*. Roma, Riuniti, 1978.

JAMESON, F. "Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism". *New Left Review*. London, NLB, n. 146, 1984.

KERN, H., SCHUMANN, M. *La fin de la division du travail*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

LAURELL, A. C. (org.) *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo, Cebes/CEDEC, 1995.

LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris, Anthropos, 1968.

LEITE, M. O. *O futuro do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1994.

LOJKINE, J. *A classe operária em mutação*. São Paulo, Oficina de Livros, 1990.

_____. *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. *L'uomo e la democrazia*. Roma, Lucarini, 1987.

LYOTARD, J. F. *La condition post-moderne*. Paris, Minuit, 1979.

MALLET, S. *La nouvelle classe ouvrière*. Paris, Seuil, 1963.

MANDEL, E. *Traité d'économie marxiste*. Paris, UGE/10-18, t-IV, 1969.

_____. *Le troisième âge du capitalisme*. Paris, UGE-10/18, 1976.

_____. *Critique de l'eurocomunismo*. Paris, Maspero, 1978.

_____. *A crise do capital*. São Paulo-Campinas, Ensaio-UNICAMP, 1990.

MARCOVIC, M. *Democratic Socialism*. New York, St. Martin's, 1982.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Página Aberta-Scritta, 1995.

MCLUHAN, M. *Understanding Media*. London, Routledge & Kegan Paul, 1967.

MERQUIOR, J. G. *Michel Foucault ou o nihilismo de catedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

MILLS, C. W. *The Power Elite*. New York, Oxford University Press, 1956.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. *Ditadura e serviço social*. São Paulo, Cortez, 1994.

NUNES, A. J. A. *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*. Coimbra, separata do Boletim de Ciências Económicas da Universidade de Coimbra, 1991.

O'CONNOR, J. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OPPE, C. *Disorganized capitalism*. Oxford, Polity Press, 1985.

_____. *Trabalho & Sociedade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, I, 1989.

PICÓ, J. (org.) *Modernidad y postmodernidad*. Madrid, Alianza, 1992.

PONTES, R. N. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez/UNAMA, 1995.

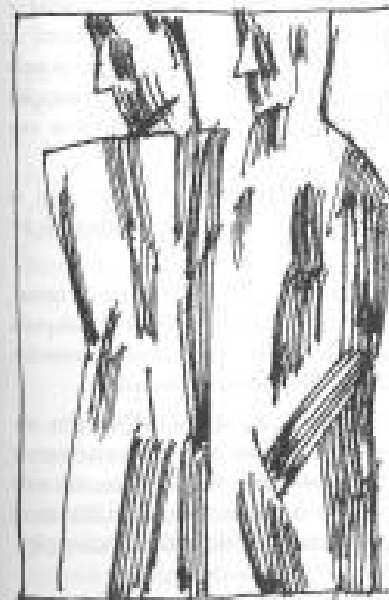
POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

- RAMALHO, J. R. "Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, n. 32, 1991.
- RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Oxford, Oxford University Press, 1972.
- RICHTA, R. *La civilisation au carrefour*. Paris, Anthropos, 1969.
- ROEMER, J. E. (org.) *El marxismo: una perspectiva analítica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SABEL, C., PIORE, M. *The Second Industrial Divide*. New York, Basic Books, 1984.
- SADER, E., GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto, Afrontamento, 1989.
- _____. *Pela mão de Alice*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SANTOS, M. et alii (orgs.) *Fim de século e globalização*. São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1994.
- SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P. J. (orgs.) *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCOTT, A. *Ideology and the New Social Movements*. London, U. Hyman, 1990.
- SILVA, Maria O. S. (coord.) *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez/UFSC, 1995.
- SKLAIR, L. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SPOSATI, A. O. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- SPOSATI, A. O. et alii. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo, Cortez, 1985.
- TOURAINÉ, A. *La société postindustrielle*. Paris, Denoël, 1969.
- VEZENTINI, P. G. F. (org.) *A grande crise. A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- VV. AA. "A metodologia no Serviço Social". *Cadernos ABESS*. São Paulo, Cortez/ABESS, 3, 1989.

As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático

Lúcia Pontes e Sílvia Caccia Bava*



A identidade das ONGs brasileiras

Existe hoje uma polêmica na grande imprensa brasileira, que já dura vários meses, em torno do papel das ONGs. Tanto nos jornais de grande circulação quanto na TV são veiculadas matérias e realizados debates que questionam a origem dos recursos, o trabalho que realizam, a autonomia e a importância que têm essas entidades.

No geral, os ataques às ONGs se fundamentam nos seguintes argumentos: as ONGs brasileiras são uma criação de agências de financiamento estrangeiras que pretendem, por intermédio dessas entidades, interferir nas questões nacio-

* Lúcia Pontes é assistente social e secretária-geral do Centro José de Castro. Sílvia Caccia Bava é socióloga, diretor do Instituto Polis e presidente da Associação Brasileira de ONGs — ABONG.